Transcrição

Nome do entrevistado: Simon Schwartzman

Local da entrevista: FGV, Rio de Janeiro

Data da entrevista: 19 de junho de 2009

Nome do projeto: Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa (CSPLP): Histórias de Vida

Entrevistadores: Helena Bomeny e Karina Kuschnir

Câmera: Júlia Demeter

Transcrição: Lia Carneiro da Cunha

Data da transcrição: 21 de agosto de 2009

Conferência de fidelidade: Julia Soares Leite Lanzarini de Carvalho

Data da conferencia : 23 de setembro de 2009

** O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Simon Schwartzman em 19/06/2009. Os trechos destacados em vermelho correspondem a falas excluídas da edição disponibilizada no portal CPDOC. A consulta à entrevista integral pode ser feita na sala de consulta do CPDOC.

Helena Bomeny – Simon, antes de tudo, muito obrigada por essa sua disponibilidade. Nós estamos no meio de um curso, que é um curso sobre trajetórias de cientistas sociais brasileiros, e o nosso interesse é uma conversa sobre essa aproximação possível, que a gente falará mais ao final... Um contato com cientistas sociais de países de língua portuguesa. Mas, antes, nós gostaríamos de conduzir a entrevista começando com os seus dados mais primários assim: família, origem, onde você estudou, até chegar às ciências sociais; que nos contasse um pouco desse trajeto.

Simon Schwartzman – Vamos lá. Você quer perguntar? Quer que eu fale?

H. B. – Não. Quero que você fale.

S. S. – Bom. Eu nasci em Belo Horizonte, estudei em Belo Horizonte até me formar na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde tinha, naquela época, um curso de sociologia política e administração pública. Eu fiz esse curso. E foi aí que eu comecei então a conhecer, tomar contato com as ciências sociais. Esse curso, na época, ele era um curso diferente do curso, também de ciências sociais, que havia na Faculdade de Filosofia. O curso de sociologia política, ele estava muito mais... Havia, no Brasil, um modelo de curso, inspirado, eu acho, que na Escola de Sociologia Política de São Paulo, e que também foi adotado na PUC do Rio de Janeiro e que era adotado em Belo Horizonte na Faculdade de Economia. É um curso... tinha um lado de economia, tinha direito, tinha uma opção, que eu fiz, de administração pública. O curso da Faculdade de Filosofia era um curso de ciências sociais mais tradicional.

H. B. – Simon, você já chegou no curso [risos] e a gente queria ouvir um pouquinho antes do curso. Um pouco dos seus pais, do seu ambiente familiar.

S. S. – Antes do curso. É. A minha família, é uma família judia, meus pais vieram criança da Europa para o Brasil. A convivência dos meus pais, a comunidade judia, desde que eu conhecia de criança, estava dividida em dois grupos. Podia até ter

mais, mas havia dois grupos muito claramente separados. Havia os chamados sionistas e os chamados progressistas. E os meus pais freqüentavam o grupo dos chamados progressistas. Esse grupo é o grupo que valorizava a língua iídiche, que era a língua falada pelos judeus da Europa, e não o hebraico. Eles tinham uma coisa religiosa menos forte, menos caracterizada. E eles tinham uma orientação de esquerda do ponto de vista ideológico. Havia algumas pessoas daquela geração dos meus pais que tinham sido parte do Bund. O Bund era uma espécie de sindicato dos judeus, operários judeus da Europa Central, da Rússia. Então tinha uma ligação histórica, lá para trás, com esse movimento de esquerda sindical europeu. Algumas pessoas tinham sido, quando jovens, ainda da ligação dos meus pais, militantes. E havia uma ligação com a esquerda, com o Partido Comunista. Era todo um clima muito politizado, no qual eu fui criado - ainda que meus pais não fossem militantes. Mas esse era o ambiente no qual eu cresci.

H. B. – E a escolaridade dos seus pais?

S. S. – Meus pais não tinham escolaridade. Meu pai completou, no máximo, o segundo grau na época. Minha mãe, nem isso, minha mãe acho que nem completou o primeiro grau, o antigo primário. Eles eram bilíngües: eles falavam iídiche - que era a língua de origem deles – e eles aprenderam português, escreviam...enfim. Mas não tinham, na verdade, nenhuma educação mais sofisticada. Mas havia, curiosamente, nesse meio - que é esse meio, digamos, de um certo proletariado judaico que depois virou a classe média baixa - uma valorização muito grande da cultura. Por exemplo, as mulheres se encontravam, tinham círculos de leitura. Eles tinham reuniões, onde eles comemoravam coisas políticas, aí tinham pessoas que falavam, chamavam pessoas para fazer conferência. Enfim, havia um cultivo da cultura, da literatura iídiche - que é uma coisa que eu nunca consegui ler, porque nunca aprendi direito, porque nunca cheguei a aprender, mas eu via aquilo e lia traduções etc. Então, havia um certo ambiente intelectual, apesar de que a escolaridade formal era muito baixa. Eu vivi nesse ambiente, digamos, predominantemente, até entrar para a faculdade.

Karina Kuschnir – E por que eles vieram para o Brasil?

S. S. - Olha. Eles fizeram parte de um movimento geral de deslocamento de judeus, por diferentes razões. Mas havia toda uma questão de empobrecimento na Europa... O meu pai vem de uma pequena aldeia, de uma região que eu acho que, hoje, é Bessarábia - naquela época, Rússia -, é a Romênia. A família da minha mãe é uma família de judeus poloneses, mas que havia se deslocado para Israel por razões religiosas. Enfim, tinham histórias familiares diferentes. Mas o fato é que eles fizeram parte de uma leva de imigrantes que chegaram no Brasil no princípio do século XX, anos 10, anos 20, por aí.

H. B. – E, Simon, que lembrava você tem dos primeiros estudos seus? Da escola, primário...

S. S. – Olha. Meus pais me colocaram numa escola israelita que havia em Belo Horizonte, onde eu me dei muito mal, porque eu tinha um problema de escrita. Eu não sei se é uma dislexia, qualquer problema desse tipo. Mas o fato é que eu nunca consegui escrever direito. Meu caderno era um caos absoluto. O professor que estava lá ficava absolutamente transtornado, me botava de castigo, eu brigava com ele. Era um inferno. Minha mãe me tirou alguns anos depois dessa escola, me colocou num colégio batista que havia em Belo Horizonte; que era um colégio...enfim. Lá, eu entrei na quarta série e fiz o ginásio inteiro lá - o antigo ginásio que hoje é a segunda parte do primeiro ciclo. E depois eu fui para o Colégio Marconi, em Belo Horizonte, que

era um colégio que tinha sido, no passado, um colégio italiano e depois virou um colégio assim... gerido pelos professores, etc.. Eu não fiz uma coisa que muita gente da minha geração fez em Belo Horizonte que é ir para o Colégio Estadual. É que o Colégio Estadual era o bom colégio público em Belo Horizonte. E muita gente fez. O meu irmão fez. Eu, quando eu tentei entrar no Colégio Estadual, já era muito tarde, eu estava entrando no primeiro científico na época, e eu não passei no exame também, então... Talvez, por causa da minha letra, eu não sei; mas eu não passei. Então eu fiquei no Marconi.

H. B. – Mas então havia uma competição de uma boa escola pública e uma escola...

S. S. – Havia. A boa escola pública, sem dúvida nenhuma, a melhor escola pública e particular, em Belo Horizonte, era o Colégio Estadual. O antigo Ginásio Mineiro, depois Colégio Estadual. Essa era a escola de excelência, por onde passou quase todo mundo que podia. Havia algumas escolas religiosas, católicas, mas poucas. E era isso. O resto não tinha muita coisa. Mas o ideal para qualquer pessoa que pudesse era o Colégio Estadual.

H. B. – E quando é que você se define por humanidades? Já aí você tinha essa noção?

S. S. – Pois é. Eu, até dezoito anos, até pouco antes de entrar para a faculdade, eu achava que ia fazer engenharia, porque eu gostava de matemática, e eu achava que eu ia por aí. Aí eu comecei... no final... Eu tinha uma participação política de movimento estudantil de escola secundária, estava muito interessado em temas políticos, etc., estudava marxismo, enfim... Eu fiz, na época, um exame de seleção... Havia um serviço muito interessante, em Belo Horizonte, de seleção profissional, dirigido pelo Pedro Parafita Bessa. Pedro Bessa é um psicólogo. Ele faleceu recentemente. Ele montou um sistema de seleção profissional. Eu fui lá ver qual era minha vocação. E eles fizeram uma série de testes, uma coisa grande, uma bateria de exames, provas, e depois uma entrevista com ele, onde, basicamente, o que ele me disse é o seguinte: “Olha. Você faz o que você achar conveniente. Você pode fazer qualquer coisa” – na minha área de interesse. Tinha o social, tinha a parte de engenharia, etc.. Mas tinha a informação desse curso que estava surgindo, que era um curso novo, de ciências sociais, na Faculdade de Economia, que tinha uma peculiaridade, que marcou a mim e a minha geração, que era um programa de bolsa de estudos, que eles ofereciam para os alunos que eram selecionados por um critério interno que eles faziam. E essa bolsa de estudos, ela dava um pequeno salário e ela dava, principalmente, a possibilidade de você ter um espaço na universidade: você tinha uma mesa, você tinha um acesso à biblioteca, e tinha um grupo que convivia ali. Então eu entrei. Eu resolvi, eu optei por isso mais ou menos na última hora. E, logo depois, houve o concurso, e eu, junto com alguns outros colegas, ganhei o concurso. Um desses colegas nossos ficou muito famoso: era o Betinho - que foi um do meu grupo. O outro, também ficou muito conhecido, é o Teotônio dos Santos, era também do meu grupo. Quem mais? O Antonio Octavio Cintra, também do mesmo grupo. E depois, tinham duas pessoas, que na verdade não ficaram na área das ciências sociais. Mas eram, mais ou menos, cinco pessoas. E tinham alguns que estavam um a dois anos na frente, um a dois anos atrás. Então, houve uma geração de gente que passou por essa... O ambiente na faculdade de economia, o ambiente do curso, era muito interessante porque os alunos eram muito envolvidos. Os professores eram muito fracos. Nossos professores não sabiam, quer dizer, a gente, rapidamente, passava na frente dos professores; a gente trabalhava seis meses, e você ficava sabendo mais que

os professores. Eles não tinham formação. Mas o grupo era muito... muito envolvido, e se discutia, lia tudo, os livros. Enfim, um ambiente intelectual...

H. B. – Foi uma geração autodidata.

S. S. – Muito. Bastante autodidata, é. Havia também o grupo de economia, que era também contemporâneo. Por exemplo, o Edmar Bacha, Cláudio de Moura Castro, eram pessoas do grupo de economia, mais ou menos da minha geração também. Mas a gente... Aí a relação não era muito próxima. Eles eram diferentes.

H. B. – Quer dizer que se constituiu ali um grupo de cientistas sociais.

S. S. – Sim. A Elisa Reis, que você falou aqui, é desse grupo, o Vilmar Faria, que faleceu há pouco tempo atrás, o Bolívar Lamounier, o Amaury de Souza. Enfim, tem toda uma geração, que passou por esse grupo e que ficou na área das ciências sociais.

H. B. – E o que motivava mais, Simon, era engajamento político, era uma noção de conhecimento mesmo, de intervenção?

S. S. – Olha. Eu acho que na nossa cabeça, na época, havia as duas coisas juntas. Quer dizer, havia uma idéia de que você tinha que conhecer as ciências sociais, tinha que... a gente lia muita filosofia, a gente lia muito... Eu acho que o mais difícil foi ler filosofia, na época. Você lia muitos franceses, intelectuais franceses. E havia uma idéia de que você tinha que juntar a sociologia, as ciências sociais com a prática, com a militância. Todos nós, de alguma maneira, participávamos de algum grupo, de algum partido, de algum movimento. Todo mundo era muito engajado nessa época.

H. B. – Você termina a graduação em Minas e... O mestrado era uma raridade.

S. S. – É. O que acontecia na época é que você tinha... Tinha sido criada a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, no Chile. Que era uma coisa da qual eu não tinha muito conhecimento... Até então, eu não sabia que existia. Mas um dia, apareceu um senhor, lá em Belo Horizonte, falando que tinha esse negócio (ele é um sociólogo francês) e querendo entrevistar o pessoal para ver quem é que se interessaria em ir para essa faculdade. Havia uma bolsa da OEA, que, na época, permitia que a gente fosse, etc.. E, naquele ano, todo o grupo selecionado foi o grupo de Minas Gerais. Quer dizer, foram várias pessoas de Minas. Isso foi em 61... Não. Eu estava terminando a... Eu entrei em 58. Em 61, eu estava terminando a faculdade, ele esteve por lá. O grupo que acabou indo foi... Eu fui, o Fábio Wanderley Reis, o Antonio Octavio Cintra, uma pessoa que não era da sociologia, mas foi também, era o José Maria de Carvalho, que não ficou na área. E, na época, eu estava casado com Suzana Prates, que era um ano atrás de mim, mas ela foi também. Então esse foi o grupo brasileiro. Acho que tinha mais... É. Acho que era esse, basicamente. Antonio Octavio, Fábio, eu...

H. B. – Mas era uma convocação para mais estados?

S. S. – Não. Ele até corria a América Latina. Era latino-americano. Havia pessoas de vários países.

H. B. – Sim. E no Brasil?

S. S. – No Brasil, aquele ano, a seleção foi esse grupo de Minas só. Outros anos, outra época, por exemplo, o Vilmar Faria esteve lá depois, outras pessoas estiveram lá depois, ou antes. Mas nesse ano fomos só nós. Então nós fomos para lá. Era um programa de dois anos. E um programa que era muito interessante: ele era um programa da Unesco, ele era um programa que tinha professores que vinham de

diferentes países. E esse professor que, na época, veio nos visitar − ele chamava-se Lucien Brahms, era um francês, que dava aula de metodologia − ele nos dizia que eles lá faziam uma coisa que era juntar a tradição francesa (que eu conhecia - a gente lia os franceses) com uma coisa que a gente não conhecia - que era a tradição da sociologia empírica americana − e que a gente ia aprender isso. Que era uma coisa que a gente não conhecia.

H. B. – E curioso, porque isso, na década de 30, tinha havido muito fortemente em São Paulo, mas em Minas não.

S. S. – Bom. Em Minas, você não tinha nada. Quer dizer, em Minas...

H. B. – Essa tradição mais empírica.

S. S. – Você tinha um...

H. B. – A escola livre não...

S. S. – A escola de sociologia... É. Não tinha. Em Belo Horizonte, não tinha ninguém, na verdade, que fizesse sociologia, conhecesse sociologia. Nós tínhamos o Júlio Barbosa. Júlio Barbosa era a figura, assim, que conhecia as coisas, ele tinha os livros todos, tinha uma biblioteca maravilhosa, que ele emprestava para a gente; ele tinha os autores principais americanos, ele tinha o Weber em alemão, que dizia ele que lia... A gente ficava com desconfiança, se ele lia mesmo. [ri] Mas... Eu acho que o Júlio Barbosa era.... Ele esteve no Iseb, aqui no Rio de Janeiro. O Júlio era a pessoa que conhecia o campo. Ele conhecia as pessoas, conhecia o campo, etc.. Fora ele... Nós tínhamos um professor de história, Francisco Iglésias, que era nosso professor de história... Enfim. Tinha alguns nomes assim. Mas em ciências sociais mesmo, não tinha ninguém. E a gente vivia muito atrás do pessoal do Rio e de São Paulo. A gente procurava contato com o grupo do Fernando Henrique Cardoso, do pessoal da USP, tinha um contato com o Iseb, Guerreiro Ramos...enfim...Álvaro Guerra Pinto. Essa geração do Iseb. A gente procurava contato, a gente vinha, eles iam. Depois, tinha o pessoal católico, tinha todo um contato com os pensadores mais católicos também. Tinha o Betinho, o Vinícius Caldeira Brandt, que é outro grupo católico. Enfim. Tinha um outro grupo católico ali. Então a gente circulava um pouco no Rio, em São Paulo, etc. na medida do possível. Mas, lá em Belo Horizonte mesmo, não tinha.

K. K. – Simon. Retrocedendo só um pouquinho. No seu currículo consta que você tem a graduação em administração pública também. Como é que foi isso?

S. S. – É. Não. Isso era o seguinte. Você fazia mais duas matérias por ano e você tinha os dois títulos.

K. K. – Mas havia, de alguma maneira, uma insegurança em relação a essa decisão de fazer ciências sociais?

S. S. – É, havia. Havia. Ninguém sabia o que era isso.

K. K. – Seus pais tinham?

S. S. – O meu pai sempre achava que eu desisti da engenharia porque eu era preguiçoso, não queria trabalhar, estudar para o concurso, estudar matemática. Ele não entendeu o que eu estava fazendo. Quer dizer, ninguém sabia o que era isso. Realmente, era um aventura, porque... Era uma coisa que parecia interessante, mas... O que é que é isso? Que profissão é essa? Para que é que serve? Ninguém tinha idéia. [risos]

K. K. – Até hoje. [ri]

S. S. – Até hoje. Depois que Fernando Henrique foi eleito presidente, essa pergunta que faziam: "ah, sociólogo. O que é que isso?" – ninguém mais me faz essa pergunta. [ri] Mas não...

H. B. – Devemos isso a ele.

S. S. – É. Devemos isso a ele.

H. B. – Está certo. Então a gente pode voltar para a experiência do mestrado então, lá para o Chile?

S. S. – Pode. Pode. É. A experiência do Chile foi interessante. Nós tínhamos uma exposição a várias pessoas que vinham, davam cursos relativamente curtos e iam embora. Nós tivemos Edgar Morin, por exemplo, que esteve lá dando um seminário sobre marxismo, sobre os diferentes marxismos, um pouco um panorama das diferentes correntes do marxismo naquela época. Nós tivemos o Alex Inkeles, que foi uma pessoa que fez trabalhos muito importantes na área de modernização, esteve uma época lá. Tinha uma pessoa de sociologia do trabalho, Henry Landsberger, também. Enfim, alguns nomes, que depois ficaram até bastante importantes nas ciências sociais. O Lucien Brahms, que foi esse professor que nos convidou, ele, rapidamente, foi embora; no ano seguinte, ele tinha ido embora já. E depois veio o Johan Galton, que era o norueguês que dava aula de metodologia, com quem eu tive uma relação muito boa e aprendi muito. Acho que eu devo muito a ele o que eu aprendi de pesquisa em ciências sociais. E tinha a pessoa que era o diretor da escola de sociologia, que era o Peter Heintz. O Heintz era um sociólogo suíço que tinha se interessado muito pelo anarquismo, por coisa desse tipo, e ele tentava fazer uma espécie de sociologia do alcance médio, que na verdade era uma coisa muito confusa. Ele nunca conseguiu uma obra que fosse... que ganhasse aceitação. Ele escreveu uma série de coisas, etc., mas nunca, nunca, realmente, se firmou, não. Mas ele era a pessoa que estava ali, puxando. E ele tinha contato com a sociologia moderna americana. Foi aí que eu comecei a ler inglês, por exemplo. Eu não tinha lido. Mal sabia ler inglês quando fui para lá. Comecei a ler os autores americanos, conhecer a tradição... O Galton tinha uma formação muito na linha da tradição de Columbia, então a tradição de Lazarsfeld. Lazarsfeld é um alemão, mas ele é que introduz e desenvolve a sociologia quantitativa nos Estados Unidos, na verdade. E o Robert Merton, que é o sociólogo da teoria de alcance médio. Então eu comecei a ver essa literatura, que era basicamente da Escola de Columbia que o Galton tinha trazido. E que o Heintz também, um pouco, usava.

K. K. – Quem era o seu orientador da tese?

S. S. – Eu acho que foi o Heintz. Foi o Heintz.

K. K. – E a escolha do tema?

S. S. – Eu acho que foi da minha cabeça. O tema da minha dissertação na época foi uma pesquisa que eu fiz com operários. Eu entrevistei operários sindicalizados e não sindicalizados, e o tema era alguma coisa sobre consciência política dos operários em função da idade deles, do tempo de movimento. Era alguma coisa desse tipo. E é uma pesquisa quantitativa. Você tinha que fazer um questionário, você tinha que processar os dados. Na época, você não tinha computador, você processava os dados, tinha uns cartõezinhos, você furava os cartõezinhos. E eu acho que quem me orientou na verdade, do ponto de vista substantivo, foi o Peter Heintz.

H. B. – E tinha defesa?

S. S. – Não. Não. Você tinha que apresentar um trabalho. Só isso.

H. B. – Essa tradição do mestrado ficou mais forte no Brasil.

S. S. – É. Na verdade, eu acho que muitas das pessoas que foram fazer esse curso, por exemplo, os argentinos que foram fazer o curso, eles, em geral, não tinham terminado o curso em Buenos Aires. E eles, depois, eles validavam o título da Flacso como título de graduação. Então, o primeiro ano valia como graduação, o segundo como mestrado. Era uma coisa assim. Mas você não tinha uma pós-graduação realmente estruturada. Isso foram dois anos: 62 63.

H. B. – E você volta.

S. S. – Aí eu volto. Eu volto quando acaba a Flacso. Eu chego no Brasil no princípio de 64. E eu tinha sido... Eu estava... Porque essa história do programa de bolsa em Minas Gerais... Antes, alguns dos bolsistas foram contratados como pesquisadores ou professores. Em algum momento a minha bolsa virou um emprego na universidade. Aí eu deixei de ser um bolsista, passei a ser um pesquisador contratado pela universidade; entrei no quadro de funcionários da... O Octávio Cintra, a mesma coisa, o Fábio também. Alguns de nós entramos nessa categoria. Quando eu cheguei no Brasil, em 64, me designaram para dar aula de ciência política. E eu tive um segundo contrato, como professor, porque o meu era de pesquisador. Então fiquei com dois contratos com a universidade: de pesquisador e de professor iniciante. Bom. Aí veio o golpe.

H. B. – Mas quando você chegou já tinha havido? Ou não?

S. S. – Não. Eu cheguei em janeiro, o golpe foi em abril. Quer dizer, então, eu comecei a dar aula, cheguei a dar algumas aulas, aí veio o golpe. E aí, quando veio o golpe, eu fui preso. Se não logo, não imediatamente.... Mas eu achei que, comigo, o golpe não ia ter problema, porque os meus colegas que ficaram no Brasil - o Betinho, na época, o Teotônio Junior -, enfim, todos meus colegas que tinham ficado no Brasil, nos dois anos que eu passei no Chile estudando, eles continuaram se envolvendo cada vez mais na política brasileira. Foi a época toda agitada do João Goulart, etc.. Então... Eles sumiram. Quando veio o golpe militar, cada um se escondeu como pôde. Eu achei que comigo não ia acontecer nada. E até... e realmente não aconteceu, até o dia que eles iam abrir a faculdade. Aí, na véspera, foram me buscar em casa. [ri] Aí eu fiquei preso, fiquei preso um mês, mais ou menos. E depois, eu saí, mas eu tive que assinar um compromisso de que eu não ia ensinar. Na verdade houve uma decisão...

H. B. – Um documento assim?

S. S. – Eu tive que dizer que não ia ensinar, e aí a faculdade, instruída, evidentemente, pelos militares, abriu um processo contra mim por abandono de emprego - fiquei mais de trinta dias sem aparecer porque eu estava preso. E esse processo só foi cancelado muitos anos depois. Na prática, então, eu fiquei em Belo Horizonte até final do ano. Eu saí, digamos, junho, mais ou menos julho eu estava já de volta em casa, mas não podia trabalhar. E aí esse professor Galton, norueguês, tinha um instituto em Oslo, ele me convidou para ir para lá; e me arranjou uma pequena bolsa... Eu saí, fui para Oslo.

H. B. – E, Simon, a comunicação nessa época era muito mais lenta...

S. S. – Correio.

H. B. – Pois é. Então... Você que fez esse contato, eles fizeram? Essa situação brasileira era conhecida desse?...

S. S. – Era conhecida. Eu não sei, exatamente, como é que foi.. não lembro como é que foi o contato. Inclusive, houve história de... Em algum momento, os militares me entregaram as cartas minhas que eles tinham interceptado no correio. Havia interceptação de correspondência, tudo. Mas... Enfim, havia correspondência, basicamente era isso. O fato é que ele soube da situação e me conseguiu isso, e eu então, eu sai. Sai em dezembro de 64.

H. B. – E você não teve dificuldade para sair?

S. S. – Eu não tive. Mas eu tive que... Porque eu, tecnicamente, estava preso sob palavra, eu estava em casa, mas eu não podia sair, não podia me ausentar; estava sendo processado e não podia sair. É uma situação... processado por um governo que você não sabia o que é, o que é que acontecia, você não via o processo. Enfim, aquela história. E eu, na época... mas do Brasil, eu saí por São Paulo. A verdade que aconteceu é isso. São Paulo era mais fácil. Era meio independente. Eu fui a São Paulo, me deram outro... Consegui outro passaporte em São Paulo. E...

H. B. – Mas com o mesmo nome? [ri]

S. S. – Com o mesmo nome. Com outra carteira de identidade. Eu fiquei com duas carteiras de identidade. Mas o fato é que eu saí por São Paulo... Tinha medo de sair pelo Rio. Foi o que aconteceu.

H. B. – E aí você fica um tempo lá, até...

S. S. – Aí eu fiquei um ano em Oslo. E aí, nesse meio tempo, começou um projeto na Argentina, liderado pelo Peter Heintz - que tinha sido diretor da Flacso- e por alguns dos meus colegas - que tinham sido meus colegas na Flacso. Um deles, o Manuel Mora y Araujo, Manolo Mora y Araújo, que foi meu colega na Flacso. O Manolo, ele hoje em dia, ele montou um dos mais importantes centros de pesquisa de opinião, o Ipsos, na Argentina. Mas, na época, eles, junto com alguns outros, montaram um programa muito ambicioso, uma instituição chamada *Fundación Bariloche*, que ia fazer um grande projeto de pesquisa etc., e me convidaram para trabalhar nesse projeto. Então eu passei pelo Brasil e fui para Buenos Aires.

H. B. – Em 70.

S. S. – Não. Isso foi 66. 66. Em 66, eu cheguei lá, o projeto já estava mais ou menos frustrado, porque havia uma grande expectativa de dinheiro que o projeto ia receber que não recebeu. Então eu acabei ficando em Buenos Aires associado ao Instituto di Tella, que é o instituto onde tinha o Torcuato di Tella, que é um sociólogo, também, com quem eu tinha um bom contato. E ligado a esse projeto da Fundación Bariloche, que na verdade nunca chegou a deslanchar- ou não deslanchou muito. Eu fiquei em Buenos Aires em 66. E aí eu consegui uma bolsa - na verdade, supostamente para me formar e voltar para Belo Horizonte - uma bolsa da Fundação Ford que estava apoiando o projeto de Belo Horizonte, e eu fui fazer o doutorado nos Estados Unidos. Eu fiquei nos Estados Unidos em...

H. B. – Você nem volta ao Brasil.

S. S. – Não, não voltei ao Brasil. Eu fiquei em 68 nos Estados Unidos, em Berkeley, fazendo o doutorado. Em 68, eu terminei os cursos, não a tese, terminei os cursos, e aí voltei. Mal sabendo que 13 de dezembro de 66 ia ser o AI-5.

H. B. – 68.

S. S. – 68, exatamente. Bom. Aí...enfim, eu voltei assim mesmo. E aí foi uma confusão, eu acabei não ficando em Belo Horizonte, vim para o Rio de Janeiro.

H. B. – Mas aí já não tinha mais a questão?...

S. S. – Não, tinha. Tinha. Tinha. Eu cheguei em Belo Horizonte... Havia uma coisa muito complicada na época, porque eu tinha um compromisso, que eu fiz com a Fundação Ford que me financiou, que eu voltaria a Belo Horizonte tendo condições. Se eu ia ter condições ou não, ninguém sabia. Enquanto eu estava nos Estados Unidos, eu recebi a carta do Julio Barbosa, que era o chefe do Departamento, que dizia: "você pode vir, o seu salário está garantido, está tudo resolvido", mas o Júlio é considerado um pouco mitômano, tudo mundo sabia disso. Mas enfim... Aí eu cheguei em Belo Horizonte, me apresentei, e não tinha nada resolvido; e o processo - o tal processo eu que eu tinha abandonado o emprego – continuava. E havia um clima muito ruim, porque era o clima do AI-5: estava todo mundo muito com medo, muito assustado. E a Fundação Ford, que tinha financiado e estava apoiando o programa em Belo Horizonte, meio que cobrou que eles me contratassem. E aí aconteceu um episódio, que é um episódio que até hoje eu não entendo muito bem, que eu fiquei alguns dias... uma ou duas semanas depois de eu estar em Belo Horizonte e a universidade ter me dito, o reitor na época, que estava tudo resolvido, que eu podia começar a trabalhar, eu recebo uma chamada do professor Orlando de Carvalho. Orlando de Carvalho era o diretor da Faculdade de Direito. Ele tinha uma rivalidade muito grande com o programa de ciência política da Faculdade de Economia. Ele criou aquela famosa *Revista Brasileira de Estudos Políticos*... Ele me chamou para dizer: "Olha, eu estou sabendo que você vai ser contratado etc., mas eu queria dizer o seguinte: você não vai dar aula." Aí eu digo: "Mas como é que o senhor sabe disso?" "Ah. Eu não posso te dizer." E aí eu fui embora, disse "muito obrigado". E o Orlando de Carvalho tem uma história meio trágica, porque ele - era uma pessoa muito conservadora, de direita, ele circulava nos meios militares - teve uma filha que era militante de esquerda, foi torturada. Enfim. A história dele é uma história bastante complicada por aí. Mas o fato é que eu entendi isso como uma chantagem. E eu não tinha como verificar o que é que ia acontecer. E eu resolvi, então, vir para o Rio. E, no Rio, eu tinha duas possibilidades, na verdade eu comecei a fazer as duas coisas: que era trabalhar no Iuperj - que estava começando na época, na época era coordenado pelo Bolívar Lamounier - e aqui na Fundação Getúlio Vargas, que tinha o centro de pesquisa ligado à Ebape. E eu comecei a trabalhar nas duas coisas, nos dois lugares. Fiquei um bom tempo a partir daí.

K. K. – Antes de a gente entrar no Iuperj, que é uma parte importante, seria interessante você comentar um pouco a experiência de aluno nos Estados Unidos, todo o contato com outro universo.

S. S. – É. Olha. Eu estive numa época que devia ser uma época muito fantástica, porque eu estive em Berkeley em 67, 68, que é a época que as coisas estavam pegando fogo. Eu me lembro que, por exemplo, eu cheguei lá, peguei um motorista de táxi que disse: "Aqui está havendo uma revolução. O mundo todo está mudando". Alguma coisa desse tipo. "Aqui está se criando uma sociedade nova". Aquela coisa toda, aquele clima. Eu, na verdade, me senti um pouco... me senti um pouco velho nessa época. Quer dizer, eu não tinha mais dezoito anos de idade. Em 68, eu tinha quase trinta. E eu achava que, nos Estados Unidos, eu ia consolidar aquela formação mais técnica, mais quantitativa, conhecer mais a sociologia sistemática, etc., que eu tinha começado, achava interessante. O pessoal em Berkeley estava descobrindo os franceses que eu já tinha abandonado, então eu me sentia ali meio... meio defasado. A outra coisa que eu acho que foi um equívoco que eu fiz e quase todo mundo fez, da minha geração, é que você vai para os Estados Unidos para estudar América Latina. E eles não sabem nada de América Latina. Eles sabem de Estados Unidos. É isso que eu

devia ter feito. Você vai para lá, você tem que estudar o que eles sabem. Mas isso eu não fiz. Então eu tinha alguns professores muito importantes, me lembro, por exemplo, Nelson Polsby, que é um dos *grandes* especialistas em política americana, que eu não tomei nenhum curso dele. Podia ter tomado e não tomei. E o meu orientador era o David Apter. O Apter tinha feito um trabalho, quando muito jovem, sobre a África, que ficou muito famoso, mas ele nunca mais fez muita coisa importante. Não foi um nome que ficou. E ele foi meu orientador. Então eu acho que essa coisa de ficar mais um pouco para o lado latino-americano e interessado na temática latino-americana acabou prejudicando.

H. B. – Você acha que isso é um traço da cultura acadêmica nossa?

S. S. – Eu acho que é muito comum. Você vai para os Estados Unidos, faz uma tese sobre Brasil. Você vai lá estudar com um cara da América Latina. O pessoal da América Latina nos Estados Unidos é o pessoal que está nos departamentos, na época, de área. Tem o pessoal que... chama os estudos de área. Não é o forte que eles têm. O forte que eles têm, quando é internacional, é Ásia e Europa; e, principalmente, o próprio Estados Unidos. Eu fiz algumas coisas que eu acho que eu aproveitei. Por exemplo, eu fiz um curso com um sociólogo, um cara chamado Herbert McClosky. McClosky é um especialista em comportamento político. E eu, através dele, (foi um curso longo, de um ano) eu tive contato com toda a literatura de comportamento político, voto, eleições, comportamento eleitoral, toda a sociologia eleitoral, que é uma área muito forte nos Estados Unidos. Eu aprendi muito com ele. E fiz trabalho até muito grande de leitura, de sistematização da informação, etc.. Eu tive a sorte de poder fazer um curso com o Bendix sobre Max Weber; foi um curso brilhante, muito interessante. Enfim, eu tive algumas experiências interessantes. Mas a minha sensação é que... Tanto que eu fiquei dois anos só. Nem fiquei dois anos, eu fiquei uns vinte meses, nem completei dois anos. Eu, rapidamente, completei os créditos, fiz o meu exame de qualificação que tinha que fazer e voltei para o Brasil, para escrever a tese aqui.

H. B. – Quer dizer, quando você entrou no Iuperj, você ainda não tinha feito a tese.

S. S. – Não. Não tinha feito. Eu comecei a tese em 69, e minha tese só foi aprovada em 73, quatro anos depois.

H. B. – Esse é um ponto que eu gostaria de te ouvir, sobre o Iuperj, esse começo, porque também era o começo do Iuperj.

S. S. – É. É. O Iuperj, na verdade, ele começa... Eu não sei muito bem a história, mas algumas pessoas como Amaury de Souza, o Wanderley Guilherme dos Santos... Bolívar - o pessoal do Rio, - Carlos Estevam, era um pessoal que começou o Iuperj, em uma salinha, lá na Praça XV, lá com o Candido Mendes. E depois, também, com o apoio que a Fundação Ford estava dando para a ciência política, tanto para Minas quanto aqui do Rio, todo esse pessoal foi para os Estados Unidos estudar. Então o Bolívar, que tinha ido um pouco mais cedo, e o Bolivar era do grupo de Minas também, ele acabou vindo... estava no Iuperj... Quando eu fui, ele é que dirigia o Iuperj, que esse grupo todo estava fora. Esse grupo veio mais tarde, voltou mais tarde. Então, era uma coisa que estava começando. O Iuperj, a gente tinha, na época, uma pessoa que estava lá, de fora, era o [Peter MacDonald]. Não sei você se lembra do Peter. O Peter era do grupo de Michigan, Universidade de Michigan, era um dos principais grupos nessa área de estudos políticos eleitorais. Ele trabalhava com Philip Converse; Converse, um dos grandes nomes nessa área de estudos eleitorais, estudos

de comportamento político, ideologias, enfim, uma pessoa que combinava teorias políticas com análise de dados muito sofisticada. O Peter era muito competente nesse tipo de coisa, e ele dava essa parte de metodologia. Eu, no Iuperj, logo no começo, organizei um seminário com os estudantes, meus alunos na época, onde o tema era a toda questão da... - que acabou virando minha tese de doutorado, foi a base da minha tese de doutorado − a questão da classe, do Estado, sociedade no Brasil, papel do Estado, papel dos grupos de interesse. Então teve um número da revista *Dados*, publicada em 1970, que chamava *Cooptação e representação política no Brasil*, onde eu fiz a introdução; depois tinha vários artigos. Celina Vargas... estava naquele grupo, acho que Lucia Lippi estava. Não me lembro muito bem. Havia todo um grupo de pessoas daquela época que eram meus alunos. E, a partir daí, eu tirei as idéias, na verdade, que depois eu desenvolvi na minha tese de doutorado. Foi nesse início do Iuperj.

H. B. – E você volta, defende a tese e...

S. S. – Não. Eu não tive que voltar.

H. B. – Não teve?

S. S. – Não. Não. Isso foi feito por correio. Eu não voltei.

H. B. – E Simon, aí você, simultaneamente, estava na Fundação. E era muito diferente, era um ambiente inteiramente diferente.

S. S. – É, eram dois mundos. Eram dois mundos, é.

H. B. – E como é que você?...

S. S. – Olha. Sempre a sensação é que a Fundação era uma coisa mais sólida, era uma instituição com empregado; ali você dependia um pouco dos humores do Cândido Mendes, então você nunca sabia o que ia acontecer no Iuperj. Então havia um pouco... Era mais interessante...

H. B. – Isso é antigo.

S. S. – É. Era mais interessante, era onde eu tinha mais afinidade do ponto de vista intelectual, gente com formação parecida com a minha, enfim. Também, era um período complicado, porque o Iuperj era... a minha sensação, era uma espécie de luz que você mantinha acendida numa época de repressão muito grande. Quer dizer, nós estamos nos anos 70, eram anos muito duros, as universidades estavam muito acossadas, havia muito medo de falar, havia alunos que eram presos; uma época, eu lembro que o [Werneck] teve que sumir porque estavam atrás dele. Que era professor nosso na época. Mas o Iuperj, basicamente, ele se mantinha... Era pequeno, era só pós-graduação, não tinha aluno, tinha pouco gente, então nunca aconteceu nada muito sério, e a gente podia publicar, podia escrever e podia continuar discutindo idéias e mantendo o ambiente livre e aberto, numa época um pouco difícil em geral, onde a universidade não estava permitindo isso. Então eu acho que o Iuperj, eu vi, na época, que tinha esse papel. E havia toda essa idéia que a gente estava trazendo uma coisa nova, que era essa sociologia: mais moderna, mais empírica, mais quantitativa etc..

H. B. – E o Brasil tem isso interessante, que o momento mais duro do regime militar foi também um momento de muito apoio à pesquisa científica, e as ciências sociais se valeram disso.

S. S. – Não. Mas isso foi um pouco depois. Quer dizer, esse apoio às ciências, no governo brasileiro, começa no governo Geisel, 75, 76. Eu estou falando 72. 73, Médici. Aí não tinha nada disso. Não tinha nada disso, o clima era ruim, era pesado.

Isso mudou mais tarde, na época do governo Geisel: com a Finep, com o BNDES. Aí houve toda uma mudança. Da qual eu participei também, porque eu passei uma época na Finep. Eu me envolvi um pouco com esse trabalho da Finep. Mas, no começo, não.

K. K. – Você estava contando que a Fundação contrastava com o Iuperj. O que você fazia aqui?.

S. S. – É. A Fundação, a Ebape, na época tinha uma pessoa chamada... Como é que chamava? Aluísio... Aluísio Filho? Não me lembro o nome dele. Ele era diretor do departamento... do Centro de Pesquisa aqui. A Ebape tem uma história até muito curiosa também, porque a Ebape, ela foi criada nos anos 40, como uma instituição que ia ser onde você ia formar os administradores do país, uma espécie de elite de administração do pais. Quando eu cheguei aqui, a Ebape já estava um pouco decadente, eu diria. E a velha geração, Guerreiro Ramos, tinha uns nomes assim, já não estava mais. E ela tinha um curso de administração que os professores tinha sido formados... tinha tido um convênio com a Universidade de Southern California, várias pessoas tinham sido formadas lá. Não era uma formação moderna, eu acho, é uma coisa meio tradicional de administração. E chegou um ponto, inclusive, que eu participei da decisão de fechar o curso de graduação da Ebape.

H. B. – Nos anos 80.

S. S. – Nos anos 80. Mais tarde. Porque havia um grupo de professores em tempo integral que na verdade... Não justificava manter um quadro pesado de professores em tempo integral que na verdade não eram pesquisadores, não tinha uma posição intelectual significativa, não justificava; e, economicamente, a Fundação não tinha condições de continuar pagando isso. Houve opção naquela época que a Ebape ia se dedicar à pós-graduação e ia se dedicar a uma concepção diferente de administração - que não era a administração dos meios - mas ia ser uma administração de políticas públicas - a idéia de que você ia se concentrar em áreas de políticas públicas: política de saúde, política de educação, política... enfim, diferentes áreas de política pública. Eu, numa época, fui coordenador de pós-graduação da Ebape e eu ajudei a montar esse programa. Ao mesmo tempo, a Ebape sempre teve um lado de consultoria de todo tipo. E aí eu acho que acabou que essa área de consultoria como que predominou. Ela continuou com a pós-graduação. Inclusive, algumas pessoas do Iuperj vieram para cá. Quer dizer, o Wanderley Guilherme dos Santos esteve aqui; Elisa esteve aqui, enfim, nós tentamos trazer algumas pessoas da área das ciências sociais para cá, para reforçar o quadro, mas na prática, a verdade é que não deu muito certo.

H. B. – Era uma vocação diferente.

S. S. – A vocação diferente. E havia toda uma tradição da Fundação de muito puxar para o lado de... a parte de consultoria e trabalhar para o governo, etc.. e... Enfim. Não era uma coisa tão acadêmica quanto o Iuperj - que era mais tipicamente universitário, acadêmico, etc..

H. B. – E aí houve um momento que você ficou só no Iuperj.

S. S. – Não. O que aconteceu foi que eu, em 76, 77, por aí, eu fui para a Finep. Eu continuava nessas duas coisas, aqui e lá: na Fundação e no Iuperj. E, na época, havia a Finep, uma instituição do governo, que estava começando a desenvolver toda uma política de desenvolvimento científico, de apoio à ciência, de apoio à tecnologia; e eles tinham um grupo de pesquisas muito interessado em tema de papel da ciência, tecnologia, desenvolvimento etc., que era coordenado na época pelo [José Tavares], e

então me convidaram para ir para lá. E aí houve um entendimento que a Fundação Getúlio Vargas me emprestou para a Finep. Eu nem lembro se eu continuei dando aula ou não no Iuperj. Mas aí a relação com o Iuperj passou a ser muito pequena. Eu fiquei na Finep até o final do governo Geisel; quer dizer, quando mudou, aí eu saí. Então, na verdade, eu não fiquei em nenhum dos dois lugares, eu fui para lá. E foi uma experiência interessante, porque ... Foi aí que a gente fez aquele estudo sobre a história da ciência, que foi uma coisa muito interessante porque... É muito interessante a história da Finep, porque você tinha ali o José Pelúcio Ferreira. José Pelúcio Ferreira, ele é uma pessoa com formação em economia. Não é, na verdade, uma pessoa de muita formação... não é teórica como economista, mas ele vinha do BNDES e muito imbuído das idéias de desenvolvimento econômico, de autonomia, de... em volta daqueles nacionalistas: “vamos desenvolver o país, vamos desenvolver a tecnologia”, etc., e essa idéia era uma idéia que tinha apelo inclusive na área militar, como tinha apelo na esquerda. Quer dizer, as pessoas com quem ele conversava eram dois ex-comunistas, quer dizer, ou comunistas: um era o José Israel Vargas, que depois foi ministro de Ciência e Tecnologia, que era um químico importante, o outro é o Leite Lopes, que depois esteve exilado muito tempo. E o Pelucio meio que circulava dessa esquerda nacionalista até os militares que estavam querendo fazer o computador brasileiro e a bomba atômica brasileira e etc. etc.. E tudo isso na asa do Velloso, que era o ministro do Planejamento e que era uma espécie de... visão *in lightened* dentro do governo Geisel: toda a idéia do Brasil grande, vamos crescer, vamos desenvolver, etc.. Então a idéia de se fazer uma história da ciência brasileira, na verdade, é uma idéia que eles tinham, que o Pelucio tinha, muito pensando na história da tecnologia. E é um pouco, como é que você vai explicar, como é que... o Brasil na verdade sempre teve uma tecnologia importante, só que não aparecia; mas agora nós queremos valorizar, etc. etc.. E a gente conseguiu... E eu acabei ficando com esse projeto e consegui reformular o projeto no sentido de fazer aquilo que, na época, eu chamei de a história da comunidade científica do Brasil. E essa idéia foi a partir da idéia de que, na verdade, você tem que entender ciência não como uma coisa que você bota sob o comando do Ministério do Planejamento, mas como uma coisa que é autônoma, que é independente, que você cria uma comunidade, que ela mesma tem que se dirigir, tem que identificar seus problemas, tem que ter liberdade de pesquisa. Muito puxando por esse lado, que não era muito o deles O deles era muito assim, uma coisa mais tecnocrática. Mas o fato é que nós tínhamos muito apoio para fazer isso. E eu criei uma equipe, nós trabalhamos inclusive com o CPDOC, que foi um parceiro na época, e nós fizemos um trabalho de entrevistar cerca de setenta pessoas que ou eram pesquisadores ou tinham sido fundadores de centros de pesquisa. E fizemos um levantamento do que havia também de literatura sobre a história da ciência no Brasil. E deu esse livro, que foi *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*, que foi publicado em setenta e tanto.

H. B. – Mas é interessante, você não era um pesquisador da Finep. Não era assim que era o contrato.

S. S. – É. Eu, na verdade, quando eu fui para a Finep, estavam criando uma coisa... Eles não sabiam muito bem o que eles iam fazer. Eles sabiam que eles tinham que sair da coisa tecnológica estrita, mas não sabiam exatamente como. Criaram uma coisa chamada Pró-Cultura, que era um programa de cultura. Na época quem dirigia isso era uma pessoa chamada Bruno da Silveira. Bruno. Então aquilo ali era para apoiar música, para apoiar teatro, para... enfim, ciências sociais... Eu me lembro que tinha o Marcos Pereira, que fazia uns discos, a gente tinha que avaliar os projetos dele, financiávamos para a publicação de discos dele. Enfim, era um pacote de coisas

muito diferentes. Quem veio para lá depois, inclusive passou a ser o diretor da Finep em algum momento depois, foi o Mário Machado. Então, digamos, a... Eu entrei lá por esse lado. Então eu olhava projeto, examinava projeto, discutia projetos, propunha apoiar ou não, financiar ou não, etc.. Mas depois eu passei para o grupo de pesquisa. Eu passei para a área de pesquisa, o Departamento de Pesquisa, (não sei que nome tinha lá) que o José Tavares, depois o [Fábio Herbert] também, eram as pessoas que coordenavam. E esse departamento, em algum momento, trouxe a Maria da Conceição Tavares . Enfim, tinha um grupo ali que, depois, quando a Finep mais ou menos se desmontou, esse esquema do Pelucio, esse grupo todo, que era um grupo de economistas da tecnologia e da ciência, foram formar o Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Que não era o meu grupo, enfim, eu não acompanhei, mas...

H. B. – Quer dizer, então é interessante que você vem para o Iuperj, é o lugar de comunicação acadêmica mais estimulante, passa pela Fundação, mas é na Finep que você, num certo sentido, inaugura uma área da qual você não se separou mais, porque...

S. S. – É, é verdade. É verdade, é.

H. B. – Não é? De política intelectual, política científica e educação. Curioso isso, não é?

S. S. – É, exato. É. Exatamente. Porque foi uma oportunidade de uma pesquisa grande, de um projeto importante e de um contato com toda uma literatura que eu... que eu comecei a estudar a partir dali, não conhecia. No Iuperj... Quer dizer, eu fiz uma coisa importante, que foi minha tese de doutorado, e o tema da participação política etc.. Mas também havia um certo problema no Iuperj, que depois se agravou a ponto de eu ter que sair, era que a área de ciência política, no Iuperj, ela era muito dominada pelo Wanderley Guilherme dos Santos e o grupo dele, que seguia ele, e eu não era daquele grupo. Então, na verdade, eu como a Elisa Reis éramos do Departamento de Sociologia, então a temática nossa não era a temática daquele grupo - que é o grupo ali que dominava a área de ciência política. Então o meu interesse intelectual, indo para o outro lado.

K. K. – Eu estava pensando que, nesse meio tempo, também teve o seu envolvimento com a revista *Dados*.

H. B. – Que era lá.

S. S. – É. Quando eu estava no Iuperj, durante vários anos, eu fui editor de revista. Eu acho que na época também, eu acho que eu ajudei um pouco a montar o sistema... o sistema do país. Havia um comitê do CNPq de publicações científicas, e havia toda uma questão de como é que o governo brasileiro ia montar um sistema de apoio a revistas científicas. Eu participei disso também. Ao mesmo tempo encaixei um pouco a *Dados*. *Dados* virou uma revista com formato moderno, tipo assim: quatro números por ano, uma numeração, em vez de ser cada ano número um, você bota a numeração por ano e por volume, sumários em inglês, tudo aquilo que era necessário para você enquadrar no formato que é o formato internacional. Ela começou a ser indexada internacionalmente, a indexação, na época não havia. Eu acho que houve todo um processo assim, de modernização da revista. E... Enfim, a revista foi foi - acho que continua sendo - uma revista importante da ciências sociais.

H. B. – Simon, tem um tema muito caro a esse curso e às discussões que a gente faz aqui, que, de alguma maneira, você tocou nele agora, quando diz que tem um ambiente de formação, tem um outro ambiente profissional, mas uma oportunidade te

leva para uma pesquisa e, a partir dali, você, quase que um acaso, você constrói um área mais permanente de reflexão. Como é que você veria hoje a sua trajetória a partir disso? Porque você nunca abandonou a política científica e a entrada para a área de educação tem um pouco que ver com isso, mas tem também com outra oportunidade, aberta pela Fundação outra vez, com o arquivo Capanema. Então, talvez seja interessante para os estudantes essa associação entre escolhas e oportunidades e coincidências ou acasos, enfim...

S. S. – É. Eu acho que é uma reflexão até um pouco mais geral do que isso. Eu me lembro um dia que eu encontrei uma ex-aluna minha do Iuperj e me disse assim... Depois... enfim... essa história continua mais para a frente, eu estive cinco anos no IBGE.

H. B. – Sim. Nós vamos voltar a isso.

S. S. - E o IBGE foi uma experiência importante para entrar em outras áreas, como a área de política social. E essa pessoa me disse "não, mas é tão ruim a nossa área, que não tem apoio". Essa moça me dizia. E eu digo: "como não tem apoio?"

H. B. – Essa área o quê? Ciências sociais.

S. S. – A área de ciências sociais. Digo: "como não tem apoio?". No IBGE, nós temos quinhentos milhões de dólares por ano, dinheiro brasileiro dado para ciências sociais. Então, dizer que o Brasil não dá dinheiro para ciências sociais... Você pode dizer que está mal usado. Mas que tem, tem. A verdade é o seguinte. Quando você consegue ligar a pesquisa e o interesse intelectual com o usuário, com um produto, com um interesse que não é só o interesse acadêmico, a coisa fica muito mais rica; fica rica em dinheiro, você consegue mais recurso; e fica mais interessante, você começa a conversar com outras pessoas, você começa a ver outras coisas, você começa a ter outros contatos. Se você fica só no mundo acadêmico, a tendência é ficar muito pequenininho: os seus cursos são pequenininhos, o contato é pequenininho; você fica muito fechado ali dentro. Eu acho que esse é um dos problemas que a gente tem em geral, hoje em dia, quer dizer, não só na área da ciência social, mas no Brasil. A ciência universitária brasileira, ela é muito para dentro dela mesma; e, inclusive, todo o sistema de incentivos que hoje em dia existe - via Capes, Quales, não sei quê - de apoiar ciência, ele puxa todo nesse sentido, quer dizer, quanto mais acadêmico mais forte. Embora do outro lado tem toda uma política de inovação que diz "não, o pesquisador tem que estar ligado, tem que trabalhar ligado, tem que fazer relações com o setor privado, com o governo". Enfim, tem uma política... Mas o sistema de valores, o sistema de incentivos no mundo acadêmico, ele é muito para dentro dele mesmo. Eu acho que isso é um problema, porque você acaba ficando muito limitado.

H. B. – E isso é uma coisa que de alguma maneira te incomodou desde sempre.

S. S. – É. Eu acho que sim.

H. B. – Para estar aberto para essas oportunidades.

S. S. – É. Na verdade,,, É. Mas também é uma questão de oportunidade. Quer dizer, nem sempre você tem essa oportunidade. O Iuperj, em algum momento, teve uma coisa que eu achei muito ruim, porque o Iuperj, ele desenvolveu numa certa época, na época liderada pelo Edson Nunes, há muito tempo atrás, toda uma área de pesquisa aplicada, que cresceu muito. E parecia que o Iuperj ia conseguir ser uma instituição que ia combinar o mundo, digamos, do aplicado com o mundo acadêmico. Mas isso acabou, o setor acadêmico fechou esse lado. Isso criou um problema ali dentro de prestígio, de quem é que manda, quem é que tem acesso, quem é que não

tem, e a decisão, da qual eu não participei, foi fechar essa área de pesquisa aplicada. Como, na época, a Finep tinha dado um apoio grande ao Iuperj, parecia que o Iuperj não tinha problema de dinheiro, então não precisava do dinheiro. Então ele resolveu cortar o lado aplicado. O que eu acho que foi uma perda muito grande. Agora, quando você entra por esse mundo é um outro mundo, é mais complicado, você tem que aprender a negociar, você tem que saber como é que cuida para não perder a qualidade acadêmica, a capacidade de pesquisa. É muito fácil você entrar por uma coisa que você vai ganhar dinheiro e não faz mais nada. Eu acho, por exemplo, a história da Ebape é um pouco assim. O lado acadêmico da Ebape nunca conseguiu se desenvolver ainda que tivesse gente muito competente academicamente; mas esse lado nunca conseguiu predominar e ganhar força.

H. B. – Você está dizendo que é difícil conciliar isso.

S. S. – É complicado. Complicado. É um jogo mais complicado. Mas também, se você não fizer esse jogo, você fica...

K. K. – Você mesmo comentou que, quando você foi aos Estados Unidos, já não era mais um jovenzinho estudante, embora fosse jovem, e, quando chega nessa pesquisa da Finep, então, já se passaram alguns anos, ou seja, você também não é mais um egresso da universidade.

S. S. – Não. É.

K. K. – De alguma forma esse momento que essa experiência proporciona contrasta com... vamos dizer assim, o seu projeto de aluno no início da faculdade? Como é que dentro desse período aí, embora pequeno, da trajetória, tantas coisas aconteceram, se...

S. S. – É. Eu acho o seguinte. Eu abandonei, muito rapidamente, o projeto político, de militante político; isso era um projeto que eu tinha quando eu estava na faculdade. Quando eu fui para o Chile, eu já tinha feito essa opção de que eu não ia fazer uma carreira política: eu ia fazer uma carreira intelectual, uma carreira acadêmica, onde o tema político, das questões políticas, continuava presente, mas eu não me via como... Alguns dos meus colegas se meteram em Var-Palmares, alguns foram mortos pela polícia na rua do Rio de Janeiro, teve de tudo; gente muito próxima de mim. Mas eu, eu desde antes disso, quer dizer, ainda antes, nos anos 50, dois, três anos na faculdade, eu já tinha dito: "eu não vou por aí". Não era o meu temperamento, eu não sei fazer essas coisas e, além do mais, eu não acreditava que eu ia fazer a revolução sozinho - eu com meus quatro, cinco amigos, lá em Belo Horizonte. Gozado que a gente era muito pretensioso, a gente que achava que nós estávamos refundando as ciências sociais no Brasil e talvez no mundo, então a gente ia para o lado intelectual.

H. B. – A gente quem, Simon?

S. S. – Ah, era desse grupinho ali. [ri] Eu me lembro o Guerreiro Ramos indo a Belo Horizonte e dizia assim: "vocês aqui estão no centro do mundo, porque..." Não. "É do Terceiro Mundo é que vai vir o novo pensamento, e, aqui no Terceiro Mundo, o Brasil é muito importante. E no Brasil, mais importante é Minas Gerais. E Minas Gerais são vocês". A gente acreditava piamente. [ri] O grupo era muito pretensioso, quer dizer, a gente achava que a gente podia fazer tudo desse ponto de vista. E alguns que ficaram numa coisa mais militante, mais ativa. O Betinho é um exemplo, Teotônio foi outro. Ficaram na militância. Mas eu não. Então, nesse sentido, eu

sempre tentei fazer essa combinação: de fazer um trabalho acadêmico que pudesse ter alguma relevância, que tivesse algum... Acho que isso era um pouco a idéia.

H. B. – Então a gente podia entrar no IBGE.

S. S. – Podia.

H. B. – Eu acho que esse é um capítulo importante dessa combinação. Eu me lembro bem, na época...

K. K. – Eu acho que antes, Helena... Desculpa. Antes, tem várias viagens. (Fazer uma pausa? Trocar de fita. Ok. A gente vai fazer uma pausa para trocar a fita da câmera.)

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

K. K. –Eu estava comentando que, antes da gente chegar ao IBGE, tem no seu currículo várias experiências já como professor internacional e também em São Paulo. Berkeley mesmo- uma volta a Berkeley- depois na França, depois essa passagem pela USP... Como é que foram essas?...

S. S. – Eu acho que... Eu vou saltar essas coisas internacionais porque... foi uma experiência interessante, eu fui a alguns lugares, mas não tem nada especial ali. A USP, sim, foi mais interessante, porque

S. S. – (...) Eu fui para a USP ajudar a montar um núcleo de pesquisa sobre ensino superior. Quer dizer, que foi... O Nupes foi uma iniciativa que, na verdade, tinha o apoio do Goldemberg, que era o reitor da USP, e a pessoa que liderava isso era a Eunice Durham que é uma antropóloga, mas que estava muito envolvida com essas questões de política de ensino superior. E havia a idéia de se criar um centro de pesquisas que pudesse apoiar a política de educação superior no estado de São Paulo. As universidades de São Paulo: a Unicamp, USP e Unesp tinham um conselho de reitores e a idéia era que o Nupes fosse um centro de pesquisas de apoio para esse conselho de reitores. Acabou que não deu muito certo isso: as universidades não se entenderam muito e o Nupes virou um centro de pesquisa da própria USP. Eu fui para lá para trabalhar, ajudar a montar isso. Nós conseguimos um apoio da Fundação Ford, que também nos apoiou durante algum tempo, e eu, no primeiro ano, eu fiquei como visitante naqueles institutos de estudos avançados da USP, que era um lugar lá, que tinha um espaço... E depois eu passei a ser professor do Departamento de Ciência Política da USP também como professor colaborador. Então, durante quatro anos ou cinco anos mais ou menos, nós tocamos o Nupes. O Nupes praticamente montou a biblioteca - boa – de ciências... E o tema do ensino superior, que é um tema que no Brasil... O ensino superior é um tema em si mesmo, quer dizer, acadêmico em si mesmo: ele tem uma literatura, tem uma especialização. Aqui no Brasil, ninguém fazia isso. Quem se interessava por ensino superior, realmente, eram professores de diferentes coisas, mas que não conheciam isso como área de conhecimento. Então a gente começou a fazer isso; e começou a trazer literatura, trazer gente, fazer eventos. Nós fizemos uma pesquisa, talvez, foi a mais importante, que foi um estudo comparado de política de ensino superior na América Latina, coordenados pelo [Jose Joaquim Bruneo], do Chile, que foi a pessoa que liderou esse projeto. Na época também nós conseguimos, com um engenheiro da Fapesp, fizemos uma pesquisa sobre a carreira profissional dos alunos da USP, tentando comparar alunos de diferentes áreas de conhecimento: como é que eles estavam hoje, ex-alunos, como é

que eles estavam. Tentando fazer um quadro sobre isso. Enfim. Foi uma época interessante de... Ainda que eu acho que, olhando para trás, nós não conseguimos criar uma geração de gente que se desenvolvesse nesse tipo de coisa. Pouca gente se formou ali, nas nossas mãos. Isso talvez tenha sido a principal falha. Não deu continuidade.

H. B. – Você acha que por que era um instituto de pesquisa sem a graduação?

S. S. – É. Era um instituto separado, era, na verdade, um núcleo de pesquisa, era um formato que foi inventado na USP como uma coisa que devia ser provisório, como se fosse um projeto, e talvez tenha faltado uma política... Devíamos ter uma política mais agressiva; como nós tínhamos recursos da Fundação Ford, nós poderíamos ter tido uma política clara de, por exemplo, manter quatro, cinco estudantes de pós-graduação ali dentro. Nós não fizemos isso. Eu só pensei nisso depois. Se a gente tivesse feito isso, a gente poderia ter uma geração ali dentro. Como a gente não tinha, o pessoal de ciência política não estava interessado... ou, de sociologia não estava interessado em educação superior, a Faculdade de Educação não gostava da gente - nós éramos malvistos pelo pessoal da Faculdade de Educação porque nós éramos da turma do Goldemberg, então o pessoal da Educação nos odiava - então... não tinha muito espaço ali. E depois, rapidamente, quando o Goldemberg vai ser ministro - ele foi ministro da Educação, de Ciência e Tecnologia, foi para Brasília - a Eunice vai com ele. Ela foi diretora da Capes. E ocupou outras posições lá. E eu fiquei ali um pouquinho mais, até que eu fui convidado para o IBGE. Aí eu vim também, aí eu saí também. Então o Nupes, ele continuou funcionando mal, quer dizer... A Eunice depois voltou, ficou um tempo lá etc.. Aí, depois, acabou se fundindo com outro núcleo. Que agora existe uma coisa chamada Nupps, que é o Núcleo de Políticas públicas e Políticas Sociais, dirigido pelo José Álvaro Moisés, que é onde o antigo Nupes se incorporou. Então ele, praticamente, desapareceu como tal.

H. B. – Simon, você ficou pouco tempo na graduação, em São Paulo. E da sua carreira de professor, não foi muito tempo na graduação.

S. S. – É, é verdade.

H. B. – Mas daria para você ter uma impressão ou alguma diferença do que é uma graduação em Minas, no Rio e São Paulo? Porque isso, às vezes, aparece nos textos de uma forma mais ou menos apaixonada, enfim.

S. S. – Eu não sei muito bem, não. Porque tem uma questão de tempo também. Quer dizer, eu fui aluno em Belo Horizonte. Eu nunca cheguei a dar aula, muito, em Belo Horizonte, porque, quando eu comecei a dar aula, fui cortado pelo golpe. Então eu nunca vi... Agora a USP, eu acho que a USP – inclusive, essa pesquisa que a gente fez, ela mostra isso com bastante clareza −, em ciências sociais, ela tem uma série de estrelas, pessoas importantes, falam muito bem, muito conhecidas, etc.. E muita gente vai ali para ver as estrelas; para ter umas aulas, para ter um pouco de cultura. Tem um curso noturno etc.. O dado que eu lembro é que uma em cada quatro pessoas que fazem ciências sociais termina, na USP. 75% não termina. É o dado que, naquela época, apareceu naquela pesquisa. Então, é muito solto, é tudo muito solto. Você tem as conferências, você fala para muita gente, muita gente que está ali... alguns aproveitam muito, outros não aproveitam nada, e você não sabe o que está acontecendo. A pós-graduação é mais ou menos a mesma coisa. Quer dizer, é uma coleção de estrelas. O Iuperj, por exemplo, tinha uma coisa muito mais estruturada como curso: a gente discutia programa, discutia a formação dos alunos, havia uma coisa mais forte. A outra coisa da USP também é que a graduação, ela é dividida pelo

departamento: existe o Departamento de Sociologia, o Departamento de Antropologia, o Departamento de Ciência Política, e a única coisa que junta esses três é o horário. A única compatibilização é de horário: esse aqui é seu, esse aqui é seu, esse aqui é seu. Nada mais. Quer dizer, eles nunca sentam para discutir o currículo, para discutir o conteúdo; cada um faz o seu. Então o aluno ali está perdido. O aluno, ele pesca um pouquinho aqui, pesca um pouquinho ali. Se ele conseguir se achar naquele espaço, ele vai bem; se não conseguir, ele abandona. Então eu acho que ali é tudo muito frouxo, eu acho, e feudos muito rígidos, e cada um faz o seu e não... A impressão que eu tenho é essa. Agora como tem gente boa e como os alunos... A seleção é boa e tem muita gente boa, então, de vez em quando sai uma coisa muito boa daí. Excepcional. [ri]

K. K. – Nesse meio tempo, você também é presidente da SBS aqui. Retoma as atividades. Como é que foi isso?

S. S. – Isso foi um fracasso. Não aconteceu nada. [risos] Havia uma idéia de que... a SBS, na verdade, era gerenciada pelo secretário executivo; o presidente tinha uma função mais política. O secretário executivo não fez nada, e eu também não fiz, então...

K. K. – Quem era?

S. S. – Era o Sedi Hirano, da USP. Não sei se foi de propósito ou não, mas... não aconteceu absolutamente nada. Então, foi um ano morto.

H. B. – Foi um ano só?

S. S. – Foi. [ri]

H. B. – Então vamos para o que é muito vivo, que é a entrada no IBGE. Como é que foi esse convite? Isso era governo Fernando Henrique?

S. S. – Não. Ainda era governo Itamar Franco.

H. B. – O final.

S. S. – É. Esse convite partiu do Edmar Bacha. O Edmar estava, na época, montando o Plano Real; e um pedaço do Plano Real, qualquer plano de estabilização é o índice de preços que o IBGE faz. Então havia uma questão aí. Como é que fica o IBGE? Eu entrei um pouco com a idéia de que eu ia segurar esse pedaço. Acho que essa que foi a questão. Basicamente foi isso. Eu fui convidado, fui conversar com ele, nós discutimos sobre essa questão toda, como é que era, como é que não era. E havia um problema ali, que era um problema complicado porque, quando você passa de uma inflação de 30%, 40% ao mês, para zero, como é que ficam os índices? Então... Não tem muito mistério, mas precisava ter clareza como é que ia ser, de que jeito, etc.. E eu... O IBGE vinha de uma época muito ruim: vinha passando por sucessivas greves, paralisações, estava dirigido por pessoas que não eram da área, a pessoa que estava antes de mim era um... um sujeito que estava... Não me lembro o nome, mas enfim, era de São Paulo, começando uma carreira meio política, não era do ramo.

H. B. – Pois é. Não era do ramo. Isso já é uma expressão. Acho que a gente devia falar mais devagar sobre o IBGE, porque é um instituto... Eu ouvi isso de você, nunca me esqueci. É o maior instituto de pesquisa que o Brasil tem, no sentido que reúne número indicadores e informações e tal; mas é também o lugar mais disputado politicamente, porque você falar sobre os índices e... Hoje, é uma economia mais estabilizada. De qualquer maneira, naquele momento era um momento... Então, mesmo o que estava antes de você, que tecnicamente não fosse aprimorado, podia ter

um alcance político importante nisso. Então, seria interessante a gente ouvir você falar dessa mudança de orientação no IBGE, de tomada da instituição.

S. S. – É. Eu cheguei no IBGE, ele tinha um quadro, uma tradição de trabalho, um quadro técnico de muito boa qualidade. Quer dizer, isso não fui eu que trouxe, essa gente estava lá. Quer dizer, a pessoa, na verdade, que deu a forma mais moderna para o IBGE foi o Isaac Kerstenetzky, que foi o presidente do IBGE nos anos 70, na época do Veloso. Aliás, eu quase fui para o IBGE, porque eu recebi um convite do Kerstenetzky na época. Acabei indo para a Finep. Mas o Kerstenetzky montou a área de pesquisa social. O Edmar Bacha foi presidente do IBGE uma certa época antes de mim, também. Independente da ligação mais alta, o IBGE tem uma tradição de estatísticos da época... alguns de geografia, o pessoal que fazia todo o mapeamento do Brasil, enfim. Então o IBGE tem uma tradição técnica. E esse pessoal técnico segurava essa coisa. E, ao mesmo tempo, trabalhava com cooperação internacional, buscava os padrões internacionais sobre como fazer as coisas. Então esse pessoal é o pessoal que tocava, na verdade, mantinham as coisas. Agora, ao mesmo tempo ele tinha um quadro... ele cresceu muito, e nem sempre pelas boas razões. Quer dizer, o IBGE, por exemplo, fazia um censo, o censo de 90, aconteceu isso, aí ele contrata... sei lá, trinta mil pessoas, sei lá quantas; depois, as pessoas entram na Justiça, conseguem ser efetivadas. Então, eu cheguei lá, ele tinha dez mil funcionários. E as pessoas são... Então havia todo um processo de acumulação de gente, e entrada por diferentes critérios. Nos anos 70, o Isaac tinha transformado o IBGE numa fundação tipo direito privado. Quer dizer, havia aquele modelo de organização que o Beltrão inaugurou na época, chamado Decreto-Lei 200. O IBGE era uma fundação, as pessoas tinham contrato de direito privado com o IBGE, e era supervisionado pelo governo. Mas é um órgão de direito jurídico privado. Com a Constituição de 88, isso acabou, ele voltou, ele reverteu a situação de administração direta, e todos os funcionários viraram servidores públicos, com toda a estabilidade, direitos, garantias, etc. do serviço publico. Então, eu cheguei, encontrei essa situação. Um quadro grande, completamente rígido, maior parte das pessoas de muito baixo nível - maior parte das pessoas sem nível superior, de nível médio - já envelhecido e muito caro. Quer dizer, esses quatrocentos milhões ou quinhentos milhões de dólares que eu, na época, calculava que custava ao IBGE, era o custo de pagar salário desse pessoal todo. E com centena de agências pelo Brasil afora, que na verdade fazia um trabalho muito de rotina, de contador, de processar alguns dados. Alguma coisa desse tipo. Eu achei que eu chegando lá, eu ia conseguir mexer nessa estrutura. O governo Fernando Henrique estava inaugurando, ia ter um projeto moderno, de modernização da administração pública etc.. Não aconteceu. E basicamente por isso que, depois de algum tempo, eu saí. Quer dizer, não houve nada que me permitisse mexer nesse quadro. Isso não deu para mexer. Quer dizer, essa reversão... A burocracia, o sistema estatal, a rigidez, tudo isso acho que continua até hoje. O que deu para a gente fazer foi uma certa modernização nas estatísticas e nos procedimentos de funcionamento do Instituto, com o pessoal que estava lá. O que é que aconteceu então? Primeiro, coincidiu a minha estada lá com a revolução tecnológica. Eu cheguei lá, tinha um grande computador e eu, na minha sala, tinha um computadorzinho com a tela verde - que era muito pior do que o que tinha na minha casa -que era o do presidente, que era o único do IBGE. E, quando eu sai quatro anos depois ou cinco anos depois, aquilo já tinha milhares de computadores na mesa dos técnicos e o computador grande tinha virado um computador pequeno, que dava conta do recado. Então essa revolução tecnologia, ela permitiu que os dados fossem colocados mais em disponibilidade. A Pnad, que é a pesquisa anual do IBGE, quando eu cheguei lá, saía uma vez por ano a publicação da Pnad. Hoje em dia, você compra por cinqüenta reais os microdados e você analisa em

casa. Eu tenho no meu computador, hoje em dia, todas as Pnads dos últimos quinze anos, eu rodo, em um minuto, eu faço qualquer tabela. Qualquer pessoa pode fazer isso. Claro. A gente brigou por isso, mas a tecnologia estava mudando nessa época. Foi a década de 90, que a tecnologia deu uma revolucionada. Depois nós tivemos, na época também, um acordo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa e Estatística do Canadá, que nos permitiu reformular uma série de pesquisas que o IBGE vinha fazendo. O IBGE fazia uma pesquisa, que era o censo econômico, que, quando eu cheguei lá em 94, o de 85 não tinha sido analisado ainda. Aliás, o censo de 90 também não tinha sido publicado. E, por recomendação dos canadenses, depois de discutir com eles, nós resolvemos que a gente não ia fazer mais a pesquisa. O censo econômico acabou. Não tem mais pesquisa econômica. E não precisa fazer. E uma idéia... enfim, uma coisa ultrapassada, não fazia sentido, não tinha jeito. A gente acabou com aquilo. Houve uma grande discussão etc., mas a gente acabou com o censo econômico. O que existe agora é a pesquisa por amostragem. Existe um cadastro das empresas... Porque o censo econômico mede a economia formal. A economia formal tem CGC, então você faz o cadastro. Depois você pega duas, três informações sobre cada firma: tamanho, faturamento, a área de atividade. E depois você faz pesquisa por amostragem. E acompanha o que está acontecendo por pesquisa de amostragem - em vez de fazer um grande censo, gigantesco, que depois ninguém consegue analisar. Então isso foi uma das coisas que a gente fez. A Pnad virou uma pesquisa estabelecida regular, nós conseguimos colocar na rua o censo de 1990 que não tinha sido publicado. Enfim. Então eu acho que o IBGE recuperou um pouco de uma certa visibilidade e um certo prestígio como instituição que vai, que produz resultados, que bota os resultados, que aparece. Foi um trabalho que eu fiz com o pessoal técnico que estava lá, que é um pessoal... E com a cooperação internacional que a gente conseguiu. Então, acho que foi isso, basicamente. E, para mim, foi muito interessante, eu aprendi muito- eu não conhecia nada disso quando eu cheguei lá, conhecia muito pouco. Com isso, aprendi muita coisa, principalmente na área da pesquisa social. Pesquisa econômica, eu nunca cheguei a entender muito bem, mas a pesquisa social...

K. K. – Para quem tinha escrito uma tese sobre patrimonialismo, como é que foi estar lá?

S. S. – Não. O IBGE não era um órgão muito sujeito a esse tipo de coisa. O que ele tinha era uma rigidez muito grande, burocrática. Quer dizer, por exemplo, as pressões políticas de fora, isso chegava muito pouco. Não é que não chegasse. Eu recebia de vez em quando, uma listinha, que vinha lá de Brasília, assim: “como é que está a nomeação de fulano, sicrano, sicrano” - ou seja, nomes pedidos pelo deputado tal, tal, tal. Eu dizia assim: “Ah, os cargos estão todos ocupados”. Devolvia. Aí ficava por isso mesmo. Um mês depois, dizia: “como é que está...” - a listinha voltava com os mesmos nomes. Eu dizia: “os cargos estão todos ocupados”. Ficava por isso mesmo. Talvez outra pessoa pudesse ter mais pressão. Eu nunca tive que atender esse tipo de coisa. Recebia um telefonema desaforado de algum deputado: “o senhor não cumpriu o nosso acordo, tem que nomear fulano de tal. Vou falar com o presidente da República”. Eu digo: “Fala. Se quiser, ele me demite”. [ri]. Esse tipo de coisa não acontecia. Também não acontecia intervenção do governo nos nossos dados. Quer dizer, houve um episódio complicado logo que eu cheguei que foi o episódio do Ricupero. Você se lembra?

H. B. – Episódio?

S. S. – Do Ricupero.

H. B. – Ah, sim.

S. S. – Aquela história do Ricupero falar na televisão que o IBGE era um ninho de petistas e que eles estavam escondendo os dados, mas que os dados ruins eles mostram; os bons esconde, os dados ruins ele mostra. E a gente estava lá, de fato, o que estava acontecendo é que a gente tinha os dados da inflação, mas... Porque, basicamente, era o seguinte. Parou a inflação, mas o índice ainda reflete a inflação do mês passado, então o índice ainda estava alto. No mês seguinte o índice ia baixar, porque você considera os últimos trinta dias. Quando você está mostrando os quinze dias anteriores que ainda tem inflação, mesmo se chegou a zero, vinte dividido por... o zero dá dez. No dia seguinte fica zero. No mês seguinte. Então nós tínhamos o outro. Mas tinha um calendário aí. Que a gente não podia ficar publicando os dados de qualquer jeito. Aí ele soltou essa história. Isso criou uma confusão danada. Enfim... Mas eu quase fui demitido pelo Itamar Franco. Eu publiquei um artigo no jornal... Enfim. Mas o... [ri] Fora isso, nunca houve nenhum momento complicado desse ponto de vista. Às vezes o governo não gostava, a gente publicava uns dados que... pobreza, desigualdade... Agora tinha muito desse tipo de coisa, quer dizer, tinha essa burocracia, tinha uma coisa complicada na área jurídica, todo mundo entrando com processos, ganhava processo por indenização, por não sei mais o quê. Toda uma pressão muito grande para tirar dinheiro da máquina administrativa. E a área jurídica era um caos absoluto, você não sabia o que estava acontecendo ali, é uma caixa preta. Eu tentei mexer na área jurídica, consegui um pouco; tirei uma velha guarda mas... Melhorei um pouco, mas não cheguei a resolver. Enfim, é uma burocracia difícil, pesada, cheia de muita gente pendurada ali. Mas...

K. K. – O sindicato era forte naquela época?

S. S. – O sindicato era forte... É curioso isso. O sindicato, quando eu estive, ele tinha força no pessoal administrativo, ele não tinha força no pessoal técnico. Eu acho que antes do que eu estava lá ele tinha força, porque o pessoal técnico participava. Quando eu cheguei lá, era um pessoal... Vieram conversar comigo, eu conversei, disse para eles que a gente ia trabalhar junto, etc.. Rapidamente não foi possível mais, porque eles começaram a atacar, a fazer qualquer tipo de coisa, a inventar coisa contra mim e... Eles começaram a fazer uma coisa que eu acho uma política muito de baixo nível. Eu cortei relações com o sindicato. Tentaram, várias vezes, paralisar, por diferentes razões, nunca conseguiram fazer uma greve realmente maior, não. Houve um momento que invadiram o meu andar, tive que chamar a polícia porque eu fui ameaçado... Eles entraram na minha sala, quase. Mas na verdade não chegou a haver... Eu cortei relações com o sindicato porque não dava para conversar. Era uma turma que estava ali por conta de... fazia oposição política o tempo todo. Infelizmente. Mas eles não tinham apoio no pessoal técnico. O pessoal técnico não parava. Parava o pessoal administrativo.

H. B. – E, Simon, depois do IBGE, aí você começou a fazer uma coisa mais independente, quer dizer, mais associado a esse grupo de trabalho que...

S. S. – É. Depois do IBGE... Eu saí do IBGE, eu me apresentei aqui na Fundação Getúlio Vargas, mas já não tinha mais o que fazer aqui, na verdade: eu não voltei. Não quis voltar para São Paulo porque, quando eu estava em São Paulo, estava na ponte aérea. Eu me associei, durante um período de uns dois anos, com uma instituição americana chamada *American Institute for Research*. Esse Instituto é um instituto muito grande nos Estados Unidos, eles são os principais assessores do Departamento de Educação nos Estados Unidos. Eles fazem, por exemplo... tem uma coisa chamada Naep, que é o *National Assessment of Educational Progress* - que o

Brasil copiou e criou o Saeb, que é o Sistema de Avaliação da Educação Básica; é baseado na Naep. Quem criou o Naep foi esse instituto lá nos Estados Unidos. E esse instituto trabalha com governos estaduais, com o governo federal, etc. E eles tinham uma esperança de que eles iam trabalhar no Brasil, porque havia um projeto do Banco Mundial com o Ministério da Educação e havia recursos, e ia haver uma licitação para o Ministério da Educação se modernizar etc. E eles achavam, então, que eles podiam... Me convidaram para participar da equipe deles e ajudar a montar esse projeto. E eu fiz isso. E o projeto perdeu. Então montou-se um pequeno escritório e... Nós fizemos alguns trabalhos. Nós fizemos um trabalho com o governo da Bahia, tivemos algum trabalho com o governo do Paraná. Então, algumas atividades foram feitas nessa época. Mas deu errado. E havia ali, inclusive, um problema de... Eu achava que, digamos, daria para usar a competência que eles têm, criar um instituto aqui, que eu pudesse trazer o *know how* que eles têm, mas que fosse um instituto independente. Que pudesse colaborar com ele, podia até ser filiado a ele, mas que fosse um... Mas eles nunca entenderam isso. Eles achavam que isso aqui era um escritoriozinho deles, que eles iam controlar de lá: o orçamento, o quadro de pessoal, o horário, etc. etc.. Então não deu. E depois não deu o dinheiro que eles esperavam. Aí, realmente, acabou. Então eu fiquei solto, quer dizer, eu, realmente, fiquei sem... sem nenhuma instituição. Eu saí dessa coisa... Aí eu me envolvi com o IETS. Porque o IETS é um Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade, ele foi criado por um grupo de economistas ligados ao tema do trabalho. O André Urani, que tinha sido secretário de Trabalho da cidade do Rio de Janeiro, o Ricardo Henriques, que era um economista que estava chegando da Europa, e depois esteve no Ministério da Educação, enfim, outras pessoas. Tinha outras pessoas assim, desse perfil.

H. B. – Você voltou ao contato original.

S. S. – É. Aí já com o pessoal de economia. O grupo lá de economia. E eu fiquei lá um tempo... me convidaram para ficar como presidente do Instituto e eu acabei assumindo a presidência do Instituto; o instituto é muito pequenininho, ele é uma instituição muito pequena, ele não tem recursos próprios, ele não... ele depende de projetos, então eu não tenho um salário, realmente, no IETS. Quer dizer, se eu tenho um projeto. Eu ganho pelo projeto; se eu não tenho... Outra coisa que aconteceu ainda, só para completar a história lá para trás, é que, quando eu estava saindo o IBGE, eu resolvi ver o que é que acontecia com minha posição na universidade em Minas Gerais, onde eu tinha sido professor, tinha sido afastado. Esse processo que eu tive por abandono de emprego, depois de muitos anos, depois do governo militar, ele acabou sendo arquivado. Eu tinha tido também um processo na Justiça Militar, que também foi arquivado. E aí eu pedi reintegração na Universidade de Minas Gerais. Eu pedi reintegração e eu fui reintegrado. Quer dizer, esse processo eu... acabei ganhando; não foi na Justiça, foi um processo administrativo. E eu recebi uns atrasados, uma coisa desse tipo. Mas aí eu estava já no limite de idade, me aposentei. Então, na verdade, eu entrei e saí. Com isso, eu fechei o episódio de Minas Gerais sem nunca, na verdade, ter completado, sem ter efetivamente ficado lá.

K. K. – Nesse meio tempo, foram tantas cidades, experiências: Chile, Estados Unidos, Rio de Janeiro, São Paulo, como é que fica a formação da sua família? Como é que é essa vida paralela?

S. S. – Não. [ri] Eu, na verdade, estou radicado no Rio de Janeiro desde 1970. Em 69, que eu vim para cá... Eu, em 66, me casei com a [Carmen], que foi minha segunda mulher. Minha primeira mulher, eu tinha casado em Belo Horizonte, nos separamos logo depois. Ela se casou com um colega que na época que era uruguaio,

fez a vida dela no Uruguai. Morreu já, alguns anos atrás. Eu me casei com a Carmem que era uma argentina que eu conheci em 66. Ela foi comigo para os Estados Unidos, nós tivemos um filho, que é o Michel. Quando nós chegamos de volta para o Brasil, Michel estava recém nascido, tinha dois, três meses. E nós vivemos no Rio até... Ela continuou no Rio. Nós nos separamos uns cinco, seis anos depois. Michel tinha cinco, seis anos. E a minha mulher atual, que é a Inês, nós somos casados há mais de trinta anos, estamos aqui no Rio de Janeiro. As vezes que a gente viajou, sempre foi por períodos curtos, a gente vai junto. E os nossos filhos, hoje em dia, estão... não tem ninguém no Rio, está todo mundo fora.

K. K. – Tem alguém em ciências sociais?

S. S. – Tem. Eu tenho. Na verdade a Luisa, que é a minha filha... O meu filho mais velho, da Carmem, o Michel, ele entrou para a área de computadores, informática, etc., e ele trabalha hoje em dia numa grande empresa na área de marketing por internet, por esse tipo de coisa. Não sei como é que chama isso. Mas é uma área que tem a ver com mídia eletrônica e publicidade.

H. B. – Em São Paulo.

S. S. – Está em São Paulo, é. A Luisa, que a minha segunda filha, ela fez economia na UFRJ. Ela, depois, foi para os Estados Unidos, fez o mestrado em estudos latino-americanos em Stanford, foi fazer o doutorado, em Madison, em sociologia e ela acaba... nesse momento, ela está de carro, indo para Toronto onde ela foi contratada como professora de sociologia na Universidade de Toronto. Então essa é Luisa. O menor, que é o Felipe, está fazendo doutorado em economia em Princeton. Ele fez economia aqui e está fazendo doutorado. E a Isabel, que é do meio, ela esteve na Inglaterra... Todos eles estudaram na Escola Alemã do Rio de Janeiro. Ela esteve na Inglaterra fazendo a graduação; fez uma pós-graduação, um mestrado na Alemanha; trabalhou uma época no MEC - quando ela voltou para o Brasil - na área da Secad, um setor do MEC; e está há alguns anos numa editora em São Paulo, a Editora Moderna, que é uma editora que produz livros didáticos, basicamente, na história do mundo espanhol. Ela está envolvida nesse projeto. Então, não tem ninguém no Rio.

K. K. – E uma das nossas perguntas é... Eu perguntei dos filhos porque essa experiência talvez ajude a sua resposta. Em relação à formação do cientista social na sua geração e a formação do cientista social hoje.

S. S. – Olha. O conselho para os meus filhos é o seguinte: ninguém está autorizado a fazer sociologia no Brasil. [risos] Os cursos são péssimos. Não sei se vocês aqui estão fazendo uma coisa diferente, mas eu sempre tive essa idéia, que os cursos são muito ruins. E que se eles tivessem interesse em fazer sociologia ou ciências sociais, o caminho ia ser um curso de economia. Economia te dá uma coisa mais sólida, te dá uma formação melhor, te dá um conhecimento mais estruturado; e, depois, você pode fazer outra coisa. A Luisa fez esse caminho. Ela fez economia na UFRJ, terminou economia, não quis ficar em economia, aí foi fazer sociologia. E, hoje em dia, ela faz uma coisa que eu acho bonita: ela combina muito bem; ela é muito forte na área de quantitativa, ela é muito boa para a análise de dados, esse tipo de coisa, e conhece a sociologia substantiva bem também. Enfim, eu acho que ela faz uma combinação interessante. A Isabel também entrou para a UFRJ, ficou um semestre, foi embora. Mas ela foi fazer...

K. K. – Entrou para o IFICS ou para a Economia?

S. S. - Entrou para o IFICS, é. Não. Para o IFICS não. Perdão. Para economia.

K. K. – Para economia. Para o Instituto.

S. S. – Mas ela acabou indo para a Inglaterra, onde ela fez um curso de ciências sociais, combinando ciências sociais e economia - história econômica - na Universidade de York, na Inglaterra. E o Felipe fez economia também, na UFRJ, e ele foi o único que ficou em economia. Ele, realmente, resolveu ficar.

H. B. – Isso que é poder paterno. [ri]

S. S. – Não. A decisão é deles. [ri] Mas a opinião pesa. Cada um fez o que quis, mas...

K. K. – Mas você comentou assim. Na sua época, em seis meses o aluno estava mais avançado que o professor. Hoje está?

S. S. – Estava. Mas... Não. O aluno não, *nós* estávamos. [ri]

K. K. – É.

H. B. – Você viu que o Guerreiro Ramos disse que tudo terminava lá. [risos]

K. K. – Hoje então... Quer dizer: talvez o diagnóstico do curso de ciências sociais é o mesmo?

S. S. –Não, não, não. Aí é diferente. É diferente. Eu acho que hoje em dia você tem muitos professores que têm uma formação moderna, que são bem formados, etc.. Eu acho que o que acontece é que a área de ciências sociais é uma área muito complicada, é uma área muito diversificada: ela tem correntes muito diferentes, nem todo mundo pensa do mesmo jeito. E os cursos, pelo menos os cursos que eu conheço, eles são todos uma soma de professores, muito individuais, cada qual dá seu curso do seu jeito. E o aluno fica muito perdido ali dentro. Eu acho que o curso - ainda que os professores possam ser diferentes - ele tem que ter uma concepção, ele tem que ter um projeto, ele tem que ter uma idéia de que perfil de aluno ele quer formar. Bem ou mal, os cursos de economia têm isso. Você vai para a PUC, você sabe o que é, como é que se forma um economista da PUC, que é diferente do economista do IFICS. São dois tipos diferentes. Mas... Cada um deles tem lá uma concepção, mas, mais ou menos, eles estão trocando. Eles se reúnem, discutem, eles têm uma certa idéia. As ciências sociais, eu acho que... pelo menos o que eu vi, não faz isso, ou faz muito pouco isso. Eu acho que os cursos são muito desorganizados, são muito desgarrados. Eu acho que, hoje em dia, você não pode ser um bom cientista social se você não tiver uma boa formação quantitativa. E eu acho que isso não é dado nos cursos ciências sociais. Muito dificilmente. Sem isso você não vai fazer uma carreira profissional adequada. Você tem que ter um nível de exigência, tem que poder ler literatura inglesa, você tem que poder conhecer, poder trabalhar num nível mais alto de conhecimento. Os cursos não pedem isso. Eu acho que as coisas são muito frouxas. Ainda que você possa ter professores que, às vezes, são muito bons. Eu ainda tenho essa impressão que os cursos de ciências sociais não são muito bons, não estão bem articulados, não estão bem estruturados. Mas pode ser ignorância minha, porque eu não tenho muita convivência na verdade.

H. B. – Mas você acha que isso é uma particularidade do campo ou é um problema brasileiro.

S. S. – Não. Olha. Eu acho que é particularidade do campo. Por exemplo, a Inglaterra tem uma tradição de ciências sociais muito boa, que é uma tradição... muita história, muito... uma coisa de ler, de tipo de trabalho, é um trabalho intelectual mais

exigente. Eu acho que a coisa aqui é muito fragmentada. E a formação dos professores é muito desigual: tem gente boa e tem gente muito ruim também. Tem professores muito ruins também. Quer dizer, a área é uma área muito... eu acho que é muito desigual.

H. B. – Simon. Tem uma pergunta que a gente sempre faz. Para você, pelo seu trajeto todo, vai ser uma pergunta estranha. Mas eu acho que é estranha não para você, mas para a comunidade de cientistas sociais brasileira mesma. Que é essa conexão, praticamente nenhuma, com Portugal ou com outros países de língua portuguesa. Você tem algum contato, alguma relação, alguma interação que seja de.. não direta?

S. S. – Olha. Não, eu não tenho nenhuma. Na verdade, o único português cujo trabalho me interessou recentemente é o Nóvoa, que é um historiador da educação. Ele tem um trabalho muito interessante. Acho que até, hoje, ele é reitor da universidade lá em Portugal. Não sei exatamente. E ele tem um trabalho, que eu descobri lendo - eu não o conheço pessoalmente, mas, recentemente, lendo um pouco a história da educação etc... É uma pessoa que, eu acho, é muito interessante. Eu sei que nessa área de estudo sobre ensino superior tem também gente interessante em Portugal, mas eu não tenho contato. Eu acho que aí, talvez tenha a ver com o fato de que Portugal ficou muito isolado durante todo o período do salazarismo. Eu não sei muito bem como é que é. Mas eu não tenho contato com Portugal, não.

H. B. – É muito recente também lá.

S. S. – É.

K. K. – A gente queria começar a abrir para vocês fazerem pergunta.

H. B. – A conversa agora é de vocês com o Simon. Pode perguntar tudo. Ele parece sisudo assim, diz que nada aqui é bom, mas ele gosta de ser desafiado. Ele não liga, não. Fala.

S. S. – [Ri]

– Os levantamentos que eu fiz sobre tua carreira, a parte do IBGE, na leitura de alguns relatórios que você fez quando você estava lá, você falou de uma correção gradual das distorções do IBGE. No final, quando você deixa a gestão, você fala do *fast track*, que é o aceleramento das mudanças dentro do IBGE. Aí eu pensei: como você acha que o seu período dentro do IBGE fez você mudar essa perspectiva, antes mais gradual e agora mais incisiva.

S. S. - Sim. Não. Eu não sei exatamente, eu não estou lembrado, exatamente, como é a história do *fast track*, mas ... basicamente... Quer dizer, eu achava, de fato, que o governo Fernando Henrique ia ter uma política de reforma do Estado mais audaciosa do que ele teve. O Bresser Pereira, que foi na época o ministro do Planejamento, você conversava com ele, ele te dizia que tinha que modernizar o Estado, etc., mas na verdade o que ele fazia era o oposto. Porque o governo, na época, estava preocupado em não gastar dinheiro, e ele cada vez colocava mais controles burocráticos. E o problema de uma instituição de pesquisas no governo, é muito complicado, porque uma instituição de pesquisa, você tem condições de trazer gente de alto nível. Mas o IBGE não conseguia trazer gente de alto nível porque não pagava salário adequado. Ele não conseguia criar um ambiente de trabalho adequado. Ele não conseguia tirar as pessoas ruins. Eu cheguei ao ponto de, uma vez, fui quase preso, porque um juiz... Teve um empregado ladrão, que depois de um longo processo foi demitido pelo presidente da República - porque você só pode demitir funcionário quando presidente da República demite -; ele foi demitido. Um juiz lá do interior do

Paraná mandou eu... deu um... como é que chama? Uma decisão assim: para eu reintegrar. Uma liminar para eu reintegrar. Eu não fiquei sabendo, porque não chegou, a burocracia não me mandou. Um dia eu recebi intimação da polícia. Ia ser preso, por desobedecer ao juiz. Aí rapidamente, ele foi colocado no quadro do IBGE. Deve estar até hoje, o ladrão. O nível de impossibilidades de você gestionar uma instituição desse tipo é muito grande. O que o Bresser abriu na época era a possibilidade de você criar as chamadas organizações sociais que parecia que era uma volta, na minha cabeça, ao modelo que era o IBGE nos anos 70, quando o Isaac era o presidente. Esse negócio não andou muito bem. O próprio governo Fernando Henrique nunca se interessou muito por isso, e os funcionários do IBGE morriam de medo de perder a condição de funcionário público, então, também se opuseram. Então aquilo não foi para lugar nenhum. Aquilo, quer dizer, essa mudança institucional, ela não foi feita. E eu, de fato, depois de quatro, cinco anos, eu achei que não tinha mais o que fazer ali, porque aquilo não ia para lugar nenhum. Eu não conseguia renovar o quadro, eu não conseguia trazer gente nova, não conseguia mexer. Depois, eu acho que até houve concurso, entrou outras pessoas. Mas, naquela época, eu achei que a coisa estava muito rígida. Isso foi o que aconteceu.

− Simon. Só uma observação dessa parte do IBGE, que eu achei assim... até engraçado. É que você fala da baixa formação do quadro do IBGE, tirando essa parte técnica, os funcionários técnicos. Isso é uma coisa que eu percebi até quando eu perguntava o que aconteceu. Porque muitos funcionários não são concursados, não fizeram concurso. E nem eles mesmos sabem explicar o que aconteceu para que eles tivessem se tornado efetivos. Eles falam: "ah, porque na década de 80, de repente eu virei do quadro".

S. S. - É. Eu sei muito menos, porque, eu cheguei lá, já estava assim. [risos] Eu não sei como é que é. Mas havia uma coisa assim. Quer dizer, às vezes havia um ato do governo que efetivava as pessoas. E essa história que o sujeito começava a trabalhar como contratado ou como temporário e depois iam, pediam, iam na Justiça, ou fazia pressão, ia um grupo lá em Brasília, alguém assinava um decreto, incorporava. Essa coisa acontecia.

H. B. – E basta um ganhar que vale tudo.

S. S. – E depois é o outro, depois o outro apela. Havia toda uma coisa jurídica muito grande. Então essa história... Depois, havia uma pressão, que na época a gente não podia atender, que todo esse pessoal queria ser promovido para o quadro técnico. Havia um quadro técnico e havia um quadro de nível médio e nível superior. Alguns, inclusive, fizeram. Entravam no curso técnico, faziam o curso superior e queriam ser promovidos. Mas aí, quando eu estava na administração, já não permitia: você tinha que fazer concurso para entrar. Quando eu estava lá, tinha que ser só por concurso. Mas quem já estava. já estava.

− Até hoje eles esperam, ainda, que haja um novo ato, que efetive mais uma leva.

S. S. – Exatamente. Exatamente. É.

− Mas minha pergunta, na verdade, é porque eu li uma entrevista sua, em que você dizia que a pesquisa era muito desconcentrada no universo acadêmico e que ela deveria ser mais concentrada, até para ter uma efetividade e tudo mais. Eu queria saber, nas ciências sociais, qual seria assim, na sua opinião, quais seriam os campos nos quais as ciências sociais deveriam concentrar a pesquisa. Porque é muito pulverizada nas ciências sociais.

S. S. –Olha. Eu acho que tem alguns temas onde você deveria reforçar a capacidade de pesquisa do país. Quer dizer, você pode pensar em temas aplicados: os temas urbanos, o tema da violência urbana, os temas demográficos, o tema da pobreza, da desigualdade, o tema da educação... São uma série de temas. São temas sociais que são temas de política pública relevante, e você precisa ter muita densidade de pesquisa aí dentro. O que acontece no Brasil é que o próprio governo, na verdade, é que acaba assumindo um pouco isso. E aí tem uma dificuldade. O que é que acontece quando você cria pesquisa dentro do próprio governo. É o caso do Ipea. O caso do Ipea é um caso muito interessante porque o Ipea, na época da ditadura, curiosamente, era um dos poucos lugares livres para fazer a pesquisa econômica no Brasil; e agora já não é mais um lugar livre. Quer dizer, a democracia parece meio incompatível à liberdade. Tem uma história curiosa aí. Mas o fato é que quem começa, no Brasil, as discussões sobre a desigualdade de renda é o Ipea, na época do governo militar. Mas depois você cria uma situação em que... como é que fica? Um órgão do governo que também, ao mesmo tempo, está publicando índice, projeções sobre o crescimento da economia diferentes da projeção do ministro? O ministro diz uma coisa onde o Ipea diz outra?. Aí o ministro diz: "não, cala a boca. Não publica mais". Então, como é que você, ao mesmo tempo, tem uma pesquisa que é socialmente relevante, que é de impacto, mas está subordinado a uma agência do governo? É uma coisa delicada. Por isso que a universidade é importante. Ela pode fazer isso. E ao mesmo tempo, ela pode estar pesquisando, ele pode estar trabalhando, ela pode estar divulgando... Ela pode estar divulgando. Ela pode estar numa relação em que ela está cuidando de temas importantes, mas mantendo a sua autonomia, a sua independência intelectual. Não é fácil construir isso. Esse ponto da concentração de organização é um ponto mais geral, não é só das ciências sociais. Eu acho que a política no Brasil, na área de ciência, a tendência principal é: vou dar um pouquinho para cada um. A cada um que pede, dou... Então cada um leva um pouquinho e fica contente com seu pouquinho. Mas você, com isso, não cria uma coisa de maior densidade. E eu acho que esse é um problema genérico, mais geral da ciência no Brasil, na ciência e tecnologia no Brasil.

K.K − E a relação, por exemplo, você que teve a experiência norte-americana, da sociedade com a produção científica? Também não é muito diferente aqui no Brasil e nos outros países?

S. S. – É. Eu acho que... No caso dos Estados Unidos, você tem uma ida e vinda mais fácil. As universidades, públicas ou privadas, elas estão sempre buscando recurso, elas estão buscando parceiros, elas estão buscando... E as pessoas transitam do mundo acadêmico para o não acadêmico. Isso é muito mais fluido. No Brasil é mais difícil. Como na Europa, é mais difícil também. Na Inglaterra, menos, a Inglaterra é mais do tipo americano. Mas a França, por exemplo, também é assim, essa mesma dificuldade. Agora, por exemplo, no caso da França, no caso lá do Instituto de Estatística da França tem um centro de pesquisa importante. O Inai, que chama, é um instituto de pesquisa importante, de boa qualidade. É até do governo, mas é uma coisa forte, no caso da França.

− Gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre a empresa "Schwartzman Assessoria em ciências sociais", que ela foi fundada após sair do IBGE.

S. S. – Essa empresa é uma coisa que muita gente usa quando você não tem um emprego regular, que você faz trabalho de consultoria. É uma maneira de você receber o dinheiro e não como pessoa física, que você paga muito mais imposto, mas como pessoa jurídica, para você ter uma situação fiscal mais favorável. Na verdade é

o meu trabalho, que às vezes eu, em vez de eu receber como Simon Schwartzman, eu recebo como Schwartzman Assessoria. Mas é a mesma coisa. Sou eu. Quer dizer, eu sozinho mesmo.

– Poderia comentar sobre quais projetos foram assessorados? Se há outros funcionários.

S. S. – Olha. Todo trabalho, por exemplo, que eu faço hoje em dia no Iets, ele é pago a essa empresa. Então é o meu trabalho. Só que o formato de recebimento é esse. Em vez de pagar a mim como pessoa, paga à empresa, que me paga. A legislação brasileira permite esse tipo de formato.

– Até favorece.

S. S. – É. Do ponto de vista fiscal, eu pago menos imposto se eu tenho um esquema desses do que se eu recebo cada vez como pessoa física.

– Eu acho que ele está querendo dizer assim -, para os alunos entenderem - não é um instituto de pesquisa. É simplesmente uma formalidade...

S. S. – Não, não é, não. Simplesmente é um formato legal. Essa empresa consiste num contador que, no fim do mês, ele pega os númerozinhos... É uma nota fiscal. Só isso. Não é uma empresa de fato.

K. K. – [Matias].

– Eu gostaria de rebobinar um pouco, se o senhor permitisse, fazer uma pergunta sobre o seu período na Flacso. Que o senhor pudesse expor um pouco mais como se deu esse processo, como foi essa tomada de decisão pessoal de ir para lá. Como foi o recebimento, onde se instalou etc.. E se havia alguma ligação com o centro aqui do Rio de Janeiro de Pesquisas Latino-Americanas, que se estabeleceu depois.

S. S. – Na mesma época.

– Consta, por exemplo - aí me parece que foi no Chile mesmo -, que houve um seminário sobre sociologia do desenvolvimento, no qual o senhor falou, que era das duas instituições. Enfim, como era a rotina lá.

S. S. – Olha. Quando se criou a Flacso - isso foi no final dos anos 50 -, também se criou um instituto aqui no Rio de Janeiro, que é o Instituto de Pesquisa Latino-Americano, que foi dirigido pelo Manuel Diegues e pelo Costa Pinto, em uma certa época. Esse instituto no Rio nunca decolou. Ele existiu aqui, tinha uma casa no Botafogo, acho que ele fez uma pesquisa importante sobre negócio de crescimento das metrópoles. Ele fez uma coisa desse tipo. Mas, na verdade, ele nunca virou uma coisa muito importante. Agora, como era uma instituição... Elas foram criadas por um acordo entre os países da América Latina, todo mundo assinou - essas coisas você não consegue desmanchar nunca mais. [risos] Então ele fica lá. Está lá. Acho que até hoje deve existir ainda, em algum lugar. Mas fechou há muito tempo atrás. Acho que o Manuel Dieguez foi o último que dirigiu aquilo, até morrer. Então, na verdade, nada. Quer dizer, tinha uma revista chamada *América Latina*, eu cheguei a publicar alguma coisa naquela revista. Mas... A decisão de ir para a Flacso foi uma coisa de oportunidade. Quer dizer, eu não sabia que existia, estava terminando a faculdade... Na época, na verdade, o projeto que nos interessava (que a gente estava meio que ligado com o projeto) era da Universidade de Brasília. Porque o Darcy Ribeiro estava montando a Universidade de Brasília. Ele tinha conversado com alguns de nós, eu tinha estado com ele inclusive, e ele disse: “Não. Vocês venham. O Departamento de

Sociologia é de vocês." A gente tinha vinte anos de idade, ele ia entregar o Departamento de Sociologia para a gente. [ri] Então estava todo mundo meio que fascinado com essa idéia do Darcy: de ir para Brasília para o projeto do Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília. Mas quando surgiu essa pessoa lá em Belo Horizonte dizendo: "olha aqui, tem essa faculdade, nós temos uma bolsa, nós temos uma coisa nova, nós estamos oferecendo" - a gente se candidatou; e, quem ganhou, foi. Nem todo mundo ganhou. Alguns ficaram frustrados. Mas, quem ganhou, foi. A Flacso tinha gente de vários países da América Latina: tinha alguns chilenos, tinha um grupo argentino, tinha alguns mexicanos, tinha colombiano, enfim, venezuelano. Tinha gente de vários países. E... Uruguai. Enfim, tinha um pessoal. Cerca de vinte e poucas pessoas. E era uma coisa de dois anos. Foi a minha primeira experiência fora do Brasil.

K.K – E a questão da língua?

S. S. – Olha. O castelhano nunca foi um problema. A gente sempre lia muito espanhol. Quer dizer, estudei um pouquinho para começar a falar mais fluentemente, mas, entender o castelhano nunca foi... O problema da língua, na verdade, foi que eu tive que entrar em contato com a literatura em inglês, que eu não... meu inglês não... Tinha aprendido inglês na escola secundária, mas não era um bom inglês. Então tive que suar um pouco. Eu, na verdade, fui aprender inglês no ano que eu fiquei exilado na Noruega, porque aí, fui para a Noruega - norueguês eu não ia aprender - e contratei uma professora de inglês, para me ensinar inglês para poder falar com os noruegueses em inglês.

– Eu gostaria que o senhor falasse um pouco do aspecto mais rotineiro. Houve algum sentido de comunidade ali? Onde o senhor foi morar?

S. S. – Olha. Nós alugamos casa, eu aluguei, cada um alugava uma casa. O grupo latino-americano... Existia uma relação entre a gente, a gente convivia entre a gente, uns mais, outros menos... Enfim. Nada muito especialmente notável em relação a isso. A gente funcionava numa casa que estava dentro de um campus, chamado na época o Instituto Pedagógico - hoje em dia é uma parte da Universidade do Chile. Era um espaço, tinha uma casa – tipo barracão, mas bem montado, uma parte era a biblioteca. A gente vivia ali perto. Nós tínhamos o grupo de brasileiros- já éramos amigos desde aqui, uns quatro ou cinco brasileiros. Depois, nós tivemos uma proximidade, talvez maior com os argentinos, alguns chilenos. Enfim. Era uma coisa assim... bem. Não teve maior problema.

– Gostaria de perguntar um pouco mais sobre seus interesses intelectuais desde a graduação e também, depois, o doutorado, como foi essa escolha de temas, que tipo de debate acadêmico o senhor se interessava. E como é que foi essa produção da tese, a pesquisa, lá nos Estados Unidos, e depois voltar para cá. Essa parte mais de interesse... Ou livros importantes na sua formação.

S. S. – Sei. É. Olha. O tema da minha tese era um tema... é um pouco assim: por que é que o Brasil não é uma democracia como as democracias carismáticas que deveria ser? E isso leva a temas como mapa do Estado, o sistema eleitoral, o sistema político, votação, comportamento, ideologia. É aquela problemática clássica das ciências políticas. Quer dizer, esse é o tema. Eu acho que eu fiquei... não sei se por razões outras, mas eu meio que em algum momento não quis mais continuar com esse tema político. Eu posso, talvez, dizer que eu cheguei à conclusão que se você não resolve a sociedade, a política não vai se resolver nunca. Talvez isso explique por que eu passei- ou voltei - para a sociologia. Essa diferença entre sociologia e ciência

política é interessante: na minha época não havia muito. Quando eu optei por ir para Berkeley, é muito interessante... Em 66, eu tinha me candidatado para a Universidade de Columbia para fazer sociologia, seguindo os passos do Galton, que era meu professor etc.. Fui aceito. Eu ia para lá, com a bolsa da Universidade. Aí aparece a possibilidade de eu ir para Berkeley. E tinha uma outra bolsa que era um pouco maior. E eu estava casando e eu ia com minha mulher, aí..."ah, então vou para Berkeley". Tinha um cara de Berkeley, que é o Apter: "ah, venha comigo, você vai trabalhar comigo, etc..". Aí fui. Quer dizer, não havia, para mim, essa diferença... Para mim, ciências sociais é política e é sociologia ao mesmo tempo. Mas na verdade, nos Estados Unidos, são campos muito separados. Na minha cabeça nunca foi. Então para mim, eu... se alguém pergunta: "o que é que eu sou", eu digo: "eu sou sociólogo" - mas o meu doutorado é ciência política. Então eu... meio que desisti. Eu achei que o tema da política se esgotou. Eu achei que eu não tinha mais o que dizer sobre isso. Eu mexi um pouco com política, com comportamento eleitoral, eu tinha estudado essa literatura toda, mas eu achei que aquilo estava meio que se repetindo e que eu não tinha muito mais interesse, não tinha mais o que dizer a esse respeito. Aí eu resolvi mudar. E comecei a entrar pelo tema que, na verdade, é o tema um pouco da sociologia do conhecimento, nesse sentido mais amplo da palavra, quer dizer: tem a ver com educação, tem a ver com ciência, tem a ver também com ideologia. Enfim, toda essa questão que eu acho que tem a ver mais com: como é que se organiza a sociedade? Como é que a sociedade se estrutura? E eu acabei ficando por aí. Eu acho que é isso. Acabei entrando em toda uma discussão sobre política de ciência e tecnologia, sobre política de ensino superior, educação básica. Quer dizer, eu acabei entrando nessa questão... Que eu acho que são temas interessantes, que tem uma discussão grande, tem uma polêmica importante sobre isso. Acabei entrando por esse lado. Não voltei muito para a temática política. Acho que é um pouco o resumo, é isso.

K. K. – [Monique].

– A gente fez um trabalho final para essa disciplina. E eu e o [Morali], a gente entrevistou o professor André Botelho - só para título de finalizar o trabalho -e ele fala de elementos que são necessários ao fortalecimento da graduação no Brasil. Que elementos o senhor colocaria como fortalecedores da graduação? Se é que precisa ser fortalecido.

S. S. – Você mencionou a quem?

K. K. – Professor André Botelho.

H. B. – André. É um professor do IFICS.

K.K - É um jovem professor do...

S. S. – A pergunta é sobre o fortalecimento da graduação?

– Da graduação, é. Ele fala de relação de pesquisa e ser mais teórico em sala...

S. S. – É. Eu acho que a graduação... Quer dizer, você não tem uma resposta simples, porque eu... Eu tenho defendido muito a importância de você diferenciar a graduação. Tem muita gente muito diferente que vai para o ensino de graduação. A massificação do ensino superior no Brasil, ele criou uma situação em que tem gente de todo tipo. Tem gente que teve um excelente curso secundário, gente que teve curso secundário muito ruim; gente mais velha, gente mais nova; gente que precisa trabalhar e estudar, gente que não precisa. Então eu acho que você tem que criar um sistema de ensino superior que possa atender bem a pessoas diferentes de maneiras diferentes. Eu

acho que esse é um dos temas principais, eu acho, dessa discussão. Então, se você puder fazer isso, você pode ter alguns cursos que vão ser cursos tempo integral, muito exigentes, um vestibular duro - só entra quem tem um nível muito alto - e vai botar para quebrar ali. E tem outro curso que não; que dá uma formação mais técnica, mais voltada para o mercado de trabalho, compatibilizado com a formação anterior que a pessoa tem - que não é muito forte -, e você vai fazer outra coisa. Diferentes instituições podem ter diferentes projetos, atendendo a públicos diferentes, de forma diferente. E, na prática, já acontece isso muito no Brasil. Porque as instituições são muito diferentes. Mas isso não é reconhecido. Todo mundo acha que tem que ser igual. Então eu acho que isso é um dos problemas que a gente tem, porque fica um curso que.. você diz: "bom, eu, aqui, não estou formando o grande doutor, estou formando gente para o mercado de trabalho" – é malvisto. É malvisto pelo estudante inclusive. E é malvisto pelo governo, etc... Então eu acho que nós temos um problema aí de legitimar as diferenças, que eu acho que é um problema, talvez, mais sério em relação a isso.

− Em relação às ciências sociais, o senhor fala que é meio frouxo...

S. S. – Olha. Em ciências sociais também. Quer dizer, eu acho que em ciências sociais... Nessa época da USP - que eu fiz aquela pesquisa que eu mencionei aqui antes - eu cheguei a propor que eles deviam diferenciar o curso de ciências sociais em alguns perfis. Quer dizer, quem quiser ser um profissional de ciências sociais tem que passar pelas exigências que tem para ser um profissional de ciências sociais: tem que ser forte em formação e métodos quantitativos, tem que ser fluente em inglês, tem que ler, conhecer a literatura adequada, tem que conhecer bem as discussões que existem em todo o campo. Etc. etc. etc. Agora nem todo mundo está preparado e nem todo mundo quer isso. Isso é para quem vai fazer uma carreira de cientista social. Se você está fazendo ciências sociais porque você quer aumentar a sua cultura, aumentar o seu conhecimento e fazer outras coisas da vida, você tem que fazer um curso em que você vai ler, talvez, em português, você vai ter... Tem que ter uma boa direção, o professor tem que trazer as questões interessantes e colocar as questões para você conhecer bem quais são os problemas. Mas você não tem que exigir, por exemplo, que se desenvolva a capacidade de ser um bom pesquisador, porque não é isso que você vai fazer na vida. Então eu acho que os cursos, eles deveriam criar opções e criar alternativas. Se você não fizer isso... Então, "aqui é um curso de ciências sociais de alto nível: vamos estudar Max Weber, vamos estudar Durkheim, vamos ler não sei o quê, vamos discutir Adorno". Mas você não exige nada do outro lado. Então fica tudo frouxo em nome de discutir os grandes discursos. Aí não dá em nada. Aí não acontece nada. Se você for discutir os alemães, vai discutir Adorno e não sei quem mais, você então... Vamos lá estudar alemão, ou vamos pegar as boas traduções do alemão; e vamos trabalhar sério nisso. Se não é isso, então vamos fazer outra coisa, mas vamos fazer bem feito. Agora um pouquinho de cada um, cada professor vai dar o curso que ele acha interessante porque foi o tema de doutorado dele, e o aluno que se lixe - que é o que acontece frequentemente - eu acho que não está bem.

K. K. – O ciclo básico seria uma forma de atender essa?...

S. S. – Olha. A discussão que se faz hoje em dia é o chamado modelo de Bolonha. E o modelo de Bolonha, que é um pouco o modelo inglês...

K. K. – Só um parêntesis. Nos interessa muito porque, justamente, em Portugal nós estamos acompanhando essa discussão e...

S. S. – É. Está pegando fogo lá, é.

K. K. – Na verdade, já há implantação e os primeiros formados sob o regime de Bolonha.

S. S. – Isso. É. A...

K. K. – Vou ter que fazer uma pausa para trocar a fita novamente.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

Simon Schwartzman – Bom. O modelo de Bolonha é um projeto que a União Européia está desenvolvendo de unificar o sistema de ensino superior dos diferentes países. E o que eles estão fazendo, basicamente, é a adoção do sistema inglês, que é um pouco parecido com o sistema americano. E o sistema inglês, ele... Minha filha fez isso, a Isabel. Eu vi com ela como é que é. São três anos de graduação. O curso de graduação, primeiro nível, é três anos. Esses três anos não é uma formação profissional, ele se aprofunda em alguns temas. É também o *college* americano. É a mesma coisa. Você não entra numa universidade para você fazer... Eu entro para fazer engenharia, fazer medicina, fazer administração. Você entra para fazer o *college*. No *college*, você vai dizer o seguinte: eu quero fazer química, eu quero fazer história, eu quero fazer direito ou eu quero fazer filosofia ou... etc. E, também, você pode dizer: eu quero fazer hotelaria, eu quero fazer secretariado, eu quero fazer... outra coisa.

Helena Bomeny – Medicina.

S. S. – Medicina não. Medicina é outra história. Mas você pode fazer biologia, pode fazer fisiologia, você pode fazer química. Três anos depois, você adquiriu um primeiro nível e, dependendo do que você fez nesses três anos, você então vai continuar ou não vai continuar. Se você fez biologia e química...

H. B. – Mas o que é que tem disponível nesses três anos?

S. S. – Pois é. Aí é que está. A idéia é que esses três anos seria um grande leque de alternativas.

H. B. – Que o estudante escolhe?

S. S. – Que o estudante escolhe. Ele vai para o *college*, diz assim: eu quero... Na Inglaterra começa antes, no ensino médio você já escolhe; você já faz o *level*, então você já escolhe dois ou três temas, no ensino médio. Não tem essa história de todo mundo estudar dez matérias no ensino médio. Você estuda algumas: eu gosto mais da área de ciências exatas, eu gosto mais das áreas de ciências naturais, da humanidade... Eu escolho um ou dois temas: literatura, história da arte e um pouco de física. Então são os meus três níveis, eu vou fazer isso. No *college*, você continua fazendo isso.

Karina Kuschnir – Então, embora tenham as três áreas, o aluno pode misturar duas delas.

S. S. – Ele mistura. Aí vai depender dele e vai depender também da instituição. “Aqui é um lugar onde nós damos hotelaria e secretariado”. Três anos. “Aqui nós damos física e química”. Três anos. “Aqui nós damos história”. Uma universidade grande vai oferecer um leque maior. O aluno, ele vai se candidatar em função do que ele fez no ensino médio, em função do que vai ser apresentado, dos interesses, o que tem em volta; ele vai escolher, vai se inserir em algum lugar. Três anos depois, ele diz: “bom, eu quero fazer medicina. Eu posso fazer medicina. Olha aqui. Estudei física, estudei química, eu estudei biologia, tirei notas excelentes nessas três coisas,

fiz um *paper* sobre isso - o professor achou maravilhoso; e, agora, eu estou qualificado". O pessoal da medicina vai dizer: "esse aqui é um bom candidato para medicina". O curso de medicina dele não vai durar sete anos, vai durar quatro. Normalmente, medicina pode durar quatro, que ele já fez três. Mas, para fazer administração é dois ou um, porque você fez economia, você fez um pouco de direito, você fez um pouco de outra coisa. E aí você vai fazer o mestrado de dois anos. E o mestrado é que é o nível profissional. Não existe mestrado acadêmico. Isso é uma maluquice, que só o Brasil é que faz. Mestrado acadêmico é um negócio que não existe. O mestrado é um curso de um ou dois anos de profissionalização em que você, a partir daquilo que você fez no *college*, você vai aprofundar e vai adquirir um título profissional. Em quatro anos você está no mercado de trabalho.

H. B. – Engenharia também?

S. S. – Em algumas áreas você tem uma exigência maior. Você quer engenharia, vai ser dois. De novo, o exemplo da família. O Yuri, que é o marido da minha filha, ele fez em Stanford, ele fez o *undergraduated* na área de matemática, fez um mestrado de um ou dois anos, e é um engenheiro de informática. Ele fez, no total, quatro, cinco anos. Dos quais ele começou com o *college*, fez três anos - ou quatro, sei lá - e depois, rapidamente, passou para uma formação profissional de mais um ou dois anos. Então, você completa. A idéia é a seguinte: na maioria das áreas, principalmente na área de ciências sociais, etc., é dois anos ou um ano. Medicina é um caso especial, talvez tenha um caminho próprio.

H. B. – Eu falei medicina, mas eu podia falar o tronco profissional: medicina, direito e engenharia.

S. S. – Mas eu acho que todas essas áreas... Claro, essas áreas são as áreas que mais resistem, porque eles querem... A escola de engenharia quer ter o controle desde que o menino entra. Mas você pode dizer... Se eu fiz física, se eu fiz matemática, se eu fiz bem as disciplinas de ciências exatas durante três anos... Você forma um engenheiro em dois, três anos. Vamos dizer em cinco anos você forma engenheiro. E se você quiser continuar estudando, você vai para o doutorado, você continua. Por isso que eles dizem que o esquema de Bolonha é o sistema que eles chamam de três, dois, três ou três, dois, quatro. Você faz três anos de formação básica, faz dois anos de formação especializada e faz mais dois ou três anos de aprofundamento, por exemplo, que é para completar o curso de medicina. Ou então para ser um economista doutor. Se você quiser ser economista, você não vai ser economista em três anos. Em três anos você estuda economia. Em cinco anos você se profissionaliza para trabalhar no mercado de trabalho. Para ser engenheiro economista enquanto tal, você vai fazer sete ou oito, tem que fazer doutorado. Por exemplo. No caso de um país feito a Alemanha... O sistema alemão tradicional: você entra para a faculdade, você só sai quando você terminar uma tese equivalente a uma tese de mestrado. Então o aluno, na Alemanha, ele fica sete anos ou oito anos desde que ele entra na faculdade até sair, porque só sai quando ele tiver o nível... ele não sai com o nível de graduação, ele sai lá em cima. Então o que acontece é o seguinte: os alemães, com a integração européia, eles iam para a Inglaterra. Começaram a abandonar a Alemanha. Os alunos, estudantes alemães, a Inglaterra...

K. K. – Tem uma evasão muito grande na Alemanha.

S. S. – Claro. A Inglaterra era obrigada a aceitar, porque todo mundo da Comunidade Européia pode estudar onde quiser então o pessoal ia embora.

H. B. – Para ser doutor mais rapidamente.

S. S. – Para ser doutor e para completar o curso. Não ficar sujeito àquele sistema maluco do sistema alemão. Os alemães, então, agora estão começando a mudar. A outra coisa que o sistema de Bolonha também tem é um esforço de compatibilizar os diplomas, que é uma coisa mais complicada. Que é um sistema... O diploma da França é igual ao da Alemanha, que é igual ao da Espanha, etc.. Então, essa compatibilização...

H. B. – [inaudível]

S. S. – É. Cria uma complicação aí, que é equivalência de diplomas e de títulos, que é um negócio complicado. E tem a resistência das diversas faculdades, que não querem: elas estão perdendo o controle disso. Então países como Portugal, Espanha estão resistindo muito, tem muito debate em cima disso, etc.

H. B. – A França.

S. S. – A França também. Mas a França está muito avançada nessa mudança. A Alemanha está muito avançada. Porque a vantagem do sistema inglês parece que é muito óbvia. Eu acho que é por aí que você tem que ir. E a idéia é que você, nesse nível, você crie... aí você cria uma grande diversidade. Isso é que os americanos fazem melhor do que ninguém. Você pode fazer o *college* de dois anos, que, na verdade, você continua estudando, adquire uma qualificação profissional e vai para o mercado de trabalho. Mas se você fez uma opção, tem uma opção mais acadêmica, você pode ir para o *college* e daí você pula para uma universidade para fazer a pós-graduação num curso profissional de outro tipo. Isso permite que você crie uma base de acesso... Responde a uma demanda de ensino superior que é cada vez mais universal. A tendência é que todo mundo quer fazer ensino superior de algum tipo. O Brasil ainda tem muito pouco. Os países, hoje em dia, estão chegando a 60, 70% ou mais dos jovens entrando no ensino superior. Mas não pode ser a mesma coisa para todo mundo.

K. K. – Aqui no Brasil, você vê claramente uma diferença de vocação da universidade pública e da universidade privada?

S. S. – Olha. O que acontece no Brasil é que a legislação não permite isso. E há uma desvalorização... Por exemplo, a tentativa de você criar cursos curtos... Fica uma coisa muito desvalorizada porque eu crio um curso de três anos, aí eu fico com um título que nunca mais vai valer tanto quanto o outro que... Se eu fizer um ano mais, eu vou ter o outro título. Então ninguém quer fazer. E as exigências que o Ministério da Educação... ele coloca padrões de exigência para os cursos privados iguaizinhos aos dos públicos: o professor tem que ter grau, tem que ter o doutor, tem que ter não sei o quê. Que são coisas que não fazem sentido para cursos que, na verdade, são cursos de formação de outro tipo, para outro tipo de público, com outra natureza.

K. K. – Tem o aluguel dos doutores.

S. S. – Exatamente. Aí cria uma perversão para atender um suposto: o suposto de que todos os diplomas são iguais e o suposto da chamada indissolubilidade do ensino e da pesquisa, que é uma maluquice.

K. K. – A gente tem uma pergunta que finaliza essa entrevista. A Mayã vai fazer.

− Você pode comentar sobre um livro, um autor que foi marcante na sua trajetória?

K. K. – Se tivesse que escolher agora, assim, um momento de impacto?

S. S. – Olha. Eu vou te dizer que, talvez, o autor que mais me influenciou é o Reinhard Bendix, porque ele é o intérprete principal do Max Weber, para o meu gosto. Ele tem um trabalho que é o *Max Weber, um retrato intelectual*, que eu acho que é uma obra... Para mim, me abriu o mundo das ciências sociais, do entender o Max Weber. E eu acho que você não entende o Max Weber lendo Max Weber diretamente. Você só vai entender depois. Mas, se você não passa por alguém que explique você não... E depois, ele tem uma série de livros sobre modernização, sobre os processos de formação dos Estados modernos, sobre a... Ele tem um livro, que eu acho um clássico, que chama... - esse é a tese dele – que é o *Work and Authority in Industry*, que é um livro sobre a relação da autoridade dos sindicatos e do Estado, comparando diferentes países. Talvez seja o autor que mais... que mais me marcou, do ponto de vista de que eu... eu gostaria de ser igual a ele. [ri]

K. K. – Você gostaria de falar alguma coisa que nós não perguntamos, Simon?

S. S. – Não.... Não sei. Acho que não. Acho que cobrimos bastante.

H. B. – Você acha que o jovem deve continuar?

S. S. – Como é que é?

H. B. – Você acha que essa platéia jovem deve apostar?

S. S. – Nas ciências sociais? Olha. Eu acho que a ciências sociais é muito de cada um, quer dizer, não é uma área... Também, nenhuma área, hoje em dia, mais é. Não é um caminho assim, claro: eu, agora, vou fazer o diploma. Vou terminar o curso, vou ter lá o meu lugar, minha carreira, etc.. As pesquisas que... você pergunta − a que eu fiz na USP e outras − "o que é que faz o pessoal de ciências sociais?" − faz qualquer coisa, estão dispersos em qualquer tipo de função. Então eu acho que um curso de ciências sociais, ele pode ter diferentes papéis, diferentes funções. Ele pode ser desde um caminho para você se profissionalizar nas ciências sociais no sentido mais tradicional − vou fazer uma carreira acadêmica, vou trabalhar na universidade, vou trabalhar num instituto de pesquisa. Pode ser também uma preparação para a vida, para diferentes outras coisas que a pessoa possa fazer. Quer dizer, cada um tem que ver. Agora, eu acho que é uma coisa muito sozinha. Porque eu acho que por causa, justamente, dessa dispersão do campo, da indefinição, das diferentes correntes... Cada um tem que achar o seu caminho. Eu acho que é muito difícil você dizer: "bom, eu vou achar aqui o caminho que eu vou seguir". Eu acho que é um momento assim. Está bom?

H. B. – Está ótimo, Simon. Muito obrigada.

K. K. – Obrigada pela participação.

S. S. – Obrigado a vocês. [Aplausos]

[FINAL DO DEPOIMENTO]